

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

CRISTINA CARMEN GRAINER

**AGRICULTURA URBANA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO OESTE DE SANTA
CATARINA**

Chapecó/SC

2018

CRISTINA CARMEN GRAINER

AGRICULTURA URBANA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO OESTE DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão Final de Curso (TCFC) modalidade de Dissertação, apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração, Área de concentração: Sustentabilidade e Agronegócio, Linha de Pesquisa: Competividade do Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. César Augustus Winck

Chapecó/SC

2018

AGRICULTURA URBANA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO OESTE DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional de Administração como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina *Unoesc Campus Chapecó*.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador Dr. César Augustus Winck
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

Professor Dr. Jacir Favretto (Avaliador)
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

Professor Dr. Marco Antonio Montoya
Universidade de Passo Fundo - UPF

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei.
Não fosse por elas, eu não teria saído do lugar.
As facilidades nos impedem de caminhar.
Mesmo as críticas nos auxiliam muito.
Chico Xavier.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela dádiva da vida e proteção para seguir nesta caminhada de pesquisas e constantes aprendizados.

Em especial dedico este trabalho a toda minha família, especialmente a meus pais Sr. Osmar e Sra. Olga, por terem me dado o presente mais valioso que poderiam, a oportunidade de nascer. Agradeço a eles também por terem me ensinado os valores mais preciosos: honestidade e trabalho. A única palavra que posso utilizar é Gratidão.

Gratidão a todos os professores do MPA que proporcionaram um olhar diferente sobre a pesquisa. Minha eterna gratidão ao Prof. César Augustus Winck, por ter me apresentado o tema de Agricultura Urbana e pelo incentivo de acreditar em minha capacidade e não me deixar desistir.

Aos meus colegas de sala de aula, pelas experiências e vivências incríveis, nossa união e alegria sempre foram um diferencial. Em especial ao Douglas e Naiane que foram mais do que colegas, mas amigos que não me deixaram desistir deste projeto.

Agradeço a todos os meus amigos e em especial a Clarise que me fez ver que confiar na vida é algo maravilhoso. O mais singelo agradecimento, a todos que de alguma forma me auxiliaram, entenderam minha ausência e me ajudaram nesta trajetória.

Minha mais singela GRATIDÃO.

RESUMO

Este estudo aborda a Agricultura Urbana e a segurança alimentar no Oeste de Santa Catarina. A agricultura urbana consiste em práticas agrícolas em um ambiente urbano, sendo considerada uma alternativa consciente para o planejamento das cidades. A população rural mundial está reduzindo, e este aspecto, gera novos desafios para produções agrícolas alternativas. Este estudo teve como objetivo caracterizar a agricultura urbana e periurbana no Oeste Catarinense considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. Identificar atividades de agricultura urbana e periurbana existentes no Oeste catarinense; identificar as perspectivas da agricultura urbana e da segurança alimentar no ponto de vista dos produtores e da entidade de pesquisa e extensão pública; e promover discussão e reflexão acerca de como a agricultura urbana está acontecendo na região Oeste de Santa Catarina. A metodologia utilizada será predominantemente e caráter qualitativa, enquadrada como descritiva e exploratória. A coleta de dados ocorreu em dois momentos: o primeiro com a visita e entrevista semiestruturada realizado com os produtores identificados e em um segundo momento visita e entrevista aos pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural. Os produtores urbanos entrevistados possuem características peculiares, com relação a forma de produção e comercialização. A amostra entrevista enfrenta dificuldades relacionadas a falta de atendimento e suporte dos órgãos públicos, mão de obra como um fator limitante para o crescimento. Os pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural, relataram a redução de seu quadro efetivo de pessoas e a AU não constar como uma diretriz de atendimento. A segurança alimentar é um fator importante para o desenvolvimento da AU, apresentado assim um potencial de crescimento na elaboração dessas práticas agrícolas. No dia 19 de junho de 2018, o Estado de Santa Catarina institui a Lei 17.533, com a finalidade de regulamentar e incentivar as práticas de AU com finalidade de segurança alimentar. Apresentando assim um possível suporte para as atividades de AU, sendo necessário dar continuidade a este estudo, para a futura verificação de como a AU irá se desenvolver.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Segurança alimentar; Dicotomia rural-urbana.

ABSTRACT

This study addresses Urban Agriculture and food security in the West of Santa Catarina State. Urban agriculture consists in agricultural practices in an urban environment, being considered a conscious alternative for the planning of the cities. The world's rural population is decreasing, and this aspect creates new challenges for agricultural production alternatives. This study aimed to characterize urban and peri-urban agriculture in the West of Santa Catarina State considering its contribution to food security. To achieve this goal, this research has as specific objectives: identify activities of urban and peri-urban agriculture in the West of Santa Catarina State; Identify the prospects of urban agriculture and food security from the point of view of producers and a public entity of research and extension; and promote the discussion and the consideration on the ways in which the urban agriculture is occurring in the west region of Santa Catarina State. The predominantly methodology of this study is qualitative, descriptive and exploratory. The data collection occurred in two moments: first, with visits and application of semi-structured interviews conducted with identified producers, and second, with visits and interviews to the researchers of the public entity of research and rural extension. The urban producers interviewed have peculiar characteristics, regarding the form of production and commercialization. The sample interviewed faces difficulties related to lack of care and support of public agencies, and indicate labor as a limiting factor for growth. The researchers of the public entity of research and rural extension reported the reduction of their staff, and UA is not a guideline. Food security is an important factor to the UA development, and shows a growing potential in the development of agricultural practices. On June 19th of 2018, the state of Santa Catarina establishes the Law 17.533, with the goal of regulation and encouragement to the practice of UA with the purpose of food security. This act presents a possibility of support for the UA activities. Therefore, it is necessary to continue to study the subject for future verification of how UA may developed.

Keywords: Urban Agriculture; Food Security; Rural-urban Dichotomy

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Definições usuais da agricultura urbana..... | 22 |
| Figura 2 - Agricultura urbana e o uso do solo..... | 31 |
| Figura 3 - Oeste Catarinense (Mesorregião)..... | 43 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Imagem 1 - Horta produtor A..... | 52 |
| Imagem 2 - Produção de Hortaliças Produtor A..... | 52 |
| Imagem 3 - Produção horta Produtor A..... | 53 |
| Imagem 4 - Horta Produtor B..... | 54 |
| Imagem 5 - Produção de tomates – Produtor B..... | 55 |
| Imagem 6 - Compostagem produtor B..... | 55 |
| Imagem 7 - Produção de hortaliças e legumes produtor B..... | 56 |
| Imagem 8 - Horta Produtor C..... | 58 |
| Imagem 9 - Horta Produtor C..... | 59 |
| Imagem 10 - Horta produtor D..... | 60 |
| Imagem 11 - Horta produtor D..... | 61 |
| Imagem 12 - Horta produtor E..... | 62 |
| Imagem 13 - Estufas produtor E..... | 63 |
| Imagem 14 - Horta produtor F..... | 64 |
| Imagem 15 - Produção do produtor F..... | 65 |
| Imagem 16 - Produtor G..... | 66 |
| Imagem 17 - Horta produtor H..... | 67 |
| Imagem 18 - Produção horta produtor H..... | 68 |
| Imagem19 - Horta Agroecologia – entidade de pesquisa e extensão em Campos Novos – SC..... | 80 |
| Imagem 20 - Horta Agroecológica entidade de pesquisa e extensão em Campos Novos – SC..... | 81 |
| Imagem 21 - Trailers da Agricultura Familiar em Campos Novos – SC..... | 83 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Diferenciação da agricultura urbana, periurbana e rural..... | 24 |
| Quadro 2 - Diferenciação produção urbana e rural..... | 26 |
| Quadro 3 - Sistema de produção na agricultura urbana e periurbana..... | 27 |
| Quadro 4 – População, por situação do domicílio em Santa Catarina, 1940 a 2010.... | 37 |
| Quadro 5 - Dimensões das cidades..... | 41 |
| Quadro 6 - Localização Produtores..... | 44 |
| Quadro 7 – Metodologias e aspectos da pesquisa a serem atendidos..... | 47 |
| Quadro 8 - Instrumentos de coletas de dados..... | 48 |
| Quadro 9 - Caracterização dos produtores..... | 51 |
| Quadro 10 - Investimentos em estrutura..... | 73 |
| Quadro 11 - Capacidade produtiva x volume de produção..... | 74 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Fonte de onde vem a água utilizada na produção..... | 70 |
| Gráfico 2 - Forma de acesso ao local..... | 75 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

AP – Agricultura Periurbana

AUC - Agricultura Urbana Comercial

AUF – Agricultura Urbana Familiar

APC – Agricultura periurbana comercial

CEPA - Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 16 |
| 1.2 OBJETIVOS | 16 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 16 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 17 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA | 17 |
| 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 18 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 20 |
| 2.1 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA | 20 |
| 2.1.1 Diferenciação Agricultura Urbana e Periurbana | 23 |
| 2.1.2 Agricultura Urbana e a biodiversidade urbana | 27 |
| 2.1.3 Agricultura urbana e o uso do solo | 30 |
| 2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR | 33 |
| 2.3 PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL | 35 |
| 2.4 URBANIZAÇÃO DE SANTA CATARINA E DO OESTE CATARINENSE | 37 |
| 2.5 DICOTOMIA RURAL URBANA | 38 |
| 2.5.1 Continuum rural urbano | 39 |
| 2.5.2. Dimensões Urbanas | 41 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 42 |
| 3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA..... | 42 |
| 3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA..... | 44 |
| 3.3 TIPO DE PESQUISA..... | 45 |
| 3.4 MÉTODO DE PESQUISA | 46 |
| 3.5 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | 46 |
| 3.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS | 47 |
| 4 ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÃO | 49 |
| 4.1 ANÁLISE INDICADORES SOCIOCULTURAIS..... | 49 |
| 4.1.1 Caracterização dos produtores urbanos e/ou periurbanos | 50 |
| 4.1.1.2 Caracterização do Produtor A | 51 |
| 4.1.1.3 Caracterização Produtor B | 53 |
| 4.1.1.4 Caracterização Produtor C | 57 |
| 4.1.1.5 Caracterização Produtor D | 59 |
| 4.1.1.6 Caracterização Produtor E | 62 |
| 4.1.1.7 Caracterização Produtor F | 63 |

| | |
|--|------------|
| 4.1.1.8 Caracterização Produtor G..... | 65 |
| 4.1.1.9 Caracterização Produtor H..... | 67 |
| 4.2 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS | 69 |
| 4.3 INDICADORES SOCIOECONOMICOS | 72 |
| 4.4 PANORAMA DE PRODUÇÃO E USO DO SOLO | 74 |
| 4.5 DIFICULDADES IDENTIFICADAS PELOS PRODUTORES..... | 76 |
| 4.6 PERSPECTIVAS DA ENTIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR | 79 |
| 4.6.1 Relevância da AU na visão da entidade de pesquisa e extensão | 85 |
| 4.6.2 Sustentabilidade da AU no ponto de vista da entidade de pesquisa e extensão rural..... | 86 |
| 4.7 DESAFIOS E O FUTURO DA AU PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NO PONTO DE VISTA DA ENTIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL E DOS PRODUTORES URBANOS | 87 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 91 |
| REFERÊNCIAS..... | 95 |
| APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevista: Produtores Urbanos | 104 |
| APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista: Entidade de pesquisa e extensão rural..... | 108 |
| ANEXO 1 - Lei 17.533 de 19 de junho de 2018 | 110 |

1 INTRODUÇÃO

A expansão populacional de forma não planejada tem sido um desafio para o agronegócio mundial, e o planejamento urbano com base no agronegócio é mais antigo do que se pode imaginar (LUCENA, 2014). As Nações Unidas já utilizam as expressões agricultura urbana ou agricultura interurbana desde a década de 60. (SMITH et al., 1996).

A agricultura Urbana e/ou Periurbana consiste em atividades tipicamente agrícolas, que passam a ser desenvolvidas em ambiente urbano (MOUGEOT, 2000). O termo vem sendo amplamente discutido por diversos pesquisadores no mundo, visto que a agricultura tem papel de extrema importância para a sociedade moderna, e as economias urbanas são influenciadas diretamente pelo ambiente rural e assim, vice e versa.

O constante crescimento da população e conseqüente urbanização, considerando as diversas transformações ocorridas nas cidades, sugere a aplicação de novas formas da agricultura, incluindo a que ocorre em meio urbano. Sendo essas práticas identificadas em hortas comunitárias, hortas com finalidade comercial, hortas nas casas com finalidade de autoconsumo, produção em canteiros como forma de embelezamento, dentre várias outras aplicações, todas elas se adaptam as configurações espaciais de cada cidade.

A agricultura desenvolvida no Brasil desde a década de 60 iniciou um processo de modernização, no qual rompeu-se o paradigma dos moldes desenvolvidos pelos camponeses, tendo início com o propósito de introduzir a tecnologia nos processos desenvolvidos e também os avanços da indústria química (ROCHA et al., 1991). Segundo Boff (1998) a introdução da química causou um vislumbre nos produtores, que começaram a obter resultados mais rápidos, deixando de utilizar as práticas de fertilização natural.

Em um contexto mundial em que a população rural vem reduzindo, surgem novas demandas e necessidades, a agricultura que no passado recente era desenvolvida somente em um ambiente rural, pode ser desenvolvida em espaços cada vez menores em áreas urbanas, sendo esta uma alternativa para a complementação de renda e melhoria da alimentação. O desenvolvimento de um modelo de produção urbana sustentável tem uma grande importância e impacto na sociedade, consiste em fundamentos de técnicas para ocupação do espaço e

resultado socioeconômico, sendo ecologicamente equilibrada, economicamente rentável e socialmente interativa. Minimiza a utilização de insumos químicos e incentiva a reciclagem de recursos naturais, propiciando uma produção de alimentos de alta qualidade.

A condição histórica de Santa Catarina apresenta uma presença marcante e expressiva da agricultura familiar. Segundo Paulino; Schmidt (2000), o Estado utiliza o modelo de agricultura trazida pelos imigrantes europeus. De acordo com Testa et al. (1996), a região apresenta uma forte dependência econômica no setor agrícola e agropecuário. O Estado de Santa Catarina possui 95.703 km², o que equivale a 1,12% do território nacional. Com uma população aproximada em 2010, de 6,25 milhões de pessoas, sendo que 5,25 milhões residem em áreas urbanas, e aproximadamente 1 milhão nas áreas rurais. Cabe ressaltar que na última década, a população rural reduziu 12,1% (CEPA, 2015).

Com a instalação das agroindústrias na região Oeste Catarinense houve o favorecimento para a consolidação agrícola da região, pois eram essas mesmas agroindústrias que trabalhavam como um sistema de integração para a produção de aves e suínos. Em 1970 a produção de soja e milho se intensificou no Brasil como um todo, e também na região Oeste Catarinense, pois representa a principal fonte de alimentação dos animais. A migração para a produção de commodities, bem como a produção de proteína animal, fez com que se buscasse alternativas viáveis em nossa região para o aproveitamento do solo e a busca pela garantia de acesso a alimentos saudáveis.

De acordo com Abreu (2008), o Estado em um todo tem o papel de regulamentação de preços justos com intervenção mínima no mercado, mas ao mesmo tempo possui incentivos e apoio por parte do governo. É necessário que a agricultura urbana possa ter um tratamento não como uma atividade recente, pois sempre foi praticada pela população de forma menos expressiva e com a associação a hortas comunitárias, mas como uma prática necessária para a sobrevivência da população urbana.

As práticas de AU são as mais diversificadas possíveis, mas o aperfeiçoamento das práticas e novas formas de produção criadas pela população possuem a intenção de assegurar a segurança alimentar, como no caso da agricultura vertical que não devem ser vistas como um projeto futurista. Deve apenas, ou acreditar que o valores gastos com tecnologia serem considerados como investimentos e não como

despesas, pois o investimento tende a se diluir quando a margem de lucro atingida se torna atrativa (LUCENA, 2014).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agricultura urbana pode ser identificada em diversas cidades pelo Brasil e no mundo, o desenvolvimento das práticas agrícolas em ambiente urbano ocorre independente o seu tamanho territorial ou da quantidade de população que reside no ambiente urbano. Diversas práticas de produção em quintais herdadas de antepassados, essa forma de produção ocorre de uma forma espontânea e de forma informal.

A agricultura urbana pode ser observada em diversas cidades pelo Brasil e no mundo, independente do seu tamanho territorial ou da quantidade de população que reside no ambiente urbano. As áreas onde essas práticas de produção ocorrem de maneira espontânea e informal em quintais ou terras herdadas de antepassados.

Apesar dessas práticas de agricultura formais e informais, nos territórios urbanos ocorre uma preocupação com o uso do espaço e a terra a ser cultivada (SINGER, 1979). Diante deste contexto regional deparasse com a seguinte problemática a ser pesquisada. De que maneira a agricultura urbana (AU) e periurbana (AP) vem sendo desenvolvida no Oeste catarinense, e como estas podem auxiliar para a segurança alimentar regional?

1.2 OBJETIVOS

Dado a caracterização do problema de pesquisa, o estudo apresenta os seguintes objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar a agricultura urbana e periurbana no Oeste Catarinense considerando a contribuição desta para a segurança alimentar.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar atividades de agricultura urbana e periurbanas existentes no Oeste catarinense;
- Avaliar as perspectivas da agricultura urbana e da segurança alimentar no ponto de vista dos produtores e da entidade de pesquisa e extensão pública; e
- Promover discussão e reflexão acerca de como a agricultura urbana vem ocorrendo na região Oeste de Santa Catarina.

1.3 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

O desenvolvimento da agricultura urbana é tido como uma prática para a segurança alimentar das próximas gerações, tem sido usada para desenvolver práticas que estimulem o acesso físico e econômico para uma alimentação saudável e nutritiva. O conhecimento sobre o ambiente ajuda na preservação e utilização de seus recursos de forma sustentável, o crescente interesse do ser humano com relação aos aspectos ambientais se dá pelas catástrofes e danos causados pelo mau uso da agricultura (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009).

A prática de desenvolvimento regional baseia-se na necessidade de potencializar o uso da terra mantendo a biodiversidade do meio ambiente. As práticas de gestão produtiva consistem em causar um menor impacto sobre os recursos naturais, tornando o ambiente em um todo mais agradável e consistente. Todo o processo baseia-se na autonomia propiciada e praticada pelos atores envolvidos. (BOYLE, 2010; GEORGI & DIMITRIOU, 2010).

A integração entre o meio rural e urbano se intensifica a cada dia mais, sendo a agricultura e a dependência de alimentos o principal elemento de integração entre os meios. As aplicações de agricultura urbana e periurbana, são ferramentas importantes para o desenvolvimento social, econômico e cultural da população que é envolvida de forma direta e indireta.

A região Oeste catarinense consta com uma economia basicamente agrícola, a Agricultura Urbana surge como uma alternativa para segurança alimentar bem como aproveitamento e uso do solo. O tema Agricultura Urbana é debatido em grandes centros urbanos do Brasil e do mundo, e faz-se necessário pensar em uma prospecção de futuro, visando à garantia de alternativas economicamente viáveis,

ambientalmente corretas e que tinham um viés social para a população urbana, incluindo as áreas mais carentes nas regiões periurbanas.

Esta pesquisa partiu do pressuposto de analisar a agricultura urbana e periurbanas na região Oeste catarinense e a contribuição desta para a segurança alimentar. Afim de caracterizar e identificar os produtores urbanos utiliza-se a forma de uma pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa. Utiliza-se como instrumentos de coletas de dados entrevista semiestrutura com produtores urbanos identificados e entrevistas realizadas com os pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural, a análise de dados consiste em apresentar relatos de falas marcantes durante as entrevistas e relatos dos fatos identificados na observação.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos introdutórios, apresentando o problema de pesquisa, envolvendo a agricultura urbana e segurança alimentar, além do objetivo geral e os respectivos objetivos específicos, assim como a justificativa e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico da pesquisa. Inicialmente, aborda-se a agricultura urbana. São apresentados os tópicos ligados ao uso do solo, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Por fim, encerrando este capítulo, apresenta-se a dicotomia rural urbana que deram suporte para a realização desta pesquisa. No terceiro capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos aplicados para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste capítulo foi apresentada a delimitação da pesquisa, abordagem, procedimentos e técnicas de análise de dados.

No capítulo quatro, apresenta-se a análise dos resultados obtidos na pesquisa. Inicia-se pela identificação e caracterização dos produtores entrevistados. Após, caracteriza-se a forma com que a agricultura urbana vem sendo desenvolvida e a sua ligação com a segurança alimentar na região Oeste de Santa Catarina. Na sequência, analisa-se a percepção da entidade de pesquisa e extensão rural acerca da agricultura urbana e a segurança alimentar. O último capítulo apresenta as considerações finais do estudo, apresentando a resposta sobre a questão problemática e conclui-se em relação aos objetivos do estudo, finalizando com a recomendação para estudos futuros. A pesquisa realizada neste trabalho está enquadrada nas áreas das ciências

sociais aplicadas, na área da Administração, na linha de pesquisa, Competitividade do Agronegócio, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo será apresentada a fundamentação teórica que servirá como base para a abordagem dos conceitos centrais para a construção do presente estudo. Ressalta-se que cada seção tem como objetivo a sustentação teórica do estudo, no qual foram baseados na literatura para o mais claro desenvolvimento e resolução da problemática apresentada nesta pesquisa. Para que consiga identificar a importância e relevância da agricultura urbana, precisa-se primeiramente compreender as relações entre a área rural e uso da terra em ambiente urbano.

2.1 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Para que seja compreendido o que é agricultura urbana e periurbana é necessário compreender a definição de urbano. Urbano pode ser entendido como o espaço onde se desenvolve o processo de modernização (LEFÈVRE, 1999). Para Smith, Ratta e Nassr (1996), agricultura urbana é uma das estratégias adotadas para melhoria na subsistência da população. Fatores como: revolução industrial, continuidade das práticas históricas e a rápida urbanização fizeram com que a agricultura urbana fosse se desenvolvendo como forma de subsistência ou fonte de renda.

O processo de mecanização da agricultura fez com que ocorresse uma redução nos empregos nas áreas rurais, surgiu uma nova forma de abastecimento de alimentos, que passam a vir de cidades cada vez mais distantes, onde os moradores urbanos passam a adquirir alimentos em redes supermercadistas e passam a não mais produzi-los ou adquirir dos pequenos produtores locais, que acabaram migrando para o plantio de grãos de *commodity*. Ao mesmo tempo em que o crescimento fez com que esse cenário ocorresse, fez também vir à tona a preocupação de dependência de grandes quantidades de alimentos, para alimentar essa população, surgindo à agricultura urbana como uma figura de reduzir a pressão sobre as terras de cultivo (DEELTRAS; GIRARDET, 2000).

A definição para o termo agricultura urbana, surgiu por estar localizada nas áreas urbanas, refere-se ainda a utilização de espaços dentro das cidades para qualquer forma de atividade agrícola (MACHADO; MACHADO, 2002). Já o termo agricultura periurbana é mais complexo quanto a sua localização, visto que ela deve

ser realizada aos arredores dos centros urbanos, podendo ou ser considerado como áreas de periferia, mas sim respeitar um limite de 10 a 90 km, de acordo com o desenvolvimento do centro urbano.

O conceito de agricultura urbana e periurbana criado pelo meio acadêmico, vem sendo aplicada de forma muito mais ampla, quando se refere à aplicação e usualidade (MOUGEOT, 2000). A coerência entre o conceito e aplicação, se dá pela forma de funcionalidade e por ser uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas.

Embora o fator localização seja relevante na classificação como agricultura urbana ou periurbana, este não é o único fator que a diferencia. As diferenças incluem as atividades desenvolvidas, a finalidade econômica e as áreas utilizadas (MOUGEOT, 2000). Para Monteiro (2002) apresenta a discussão sobre a repercussão que esta prática urbana no âmbito de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A agricultura urbana surge como uma tendência mundial a ser praticada nas cidades, mas também possui um papel muito importante para a sustentabilidade das mesmas, embora ainda venha sendo praticada em espaços residuais na maioria das cidades, possui um impacto relevante no contexto urbano. Para Madaleno (2001) a agricultura urbana é a soma de tarefas capazes de transformar o meio urbano no sentido de produzir materiais vegetais para a alimentação humana. Propiciando uma melhor condição de vida para os habitantes destes centros, onde a agricultura urbana surge como uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento urbano sustentável.

A agricultura urbana possui um viés em relação não somente à produção de alimentos urbanos ou como uma ferramenta aplicada como alternativa para promover a segurança alimentar, mas em um conceito de contribuição para a promoção da saúde humana, bem como o desenvolvimento igualitário das áreas de periferias, nos arredores dos centros urbanos. Para Dias (2000), a reciclagem do lixo orgânico para a fertilização do solo possibilita o cultivo de várias espécies, fazendo com que os espaços verdes tenham muito mais do que um valor meramente estético.

A atividade de agricultura urbana ainda possibilita o aproveitamento de espaços, para fins de plantio comercial ou até mesmo para subsistência (SPOTLIGHT, 1999). O melhor aproveitamento dessas áreas de uso inóspito proporciona através de um manejo adequado a preservação ambiental e o bem-estar humano. A população nas regiões de periferia sofre com doenças ocasionadas pelas más condições e

exposições a agentes poluentes, bem como a má qualidade de alimentos ou até mesmo a baixa quantidade ingerida em suas refeições.

De acordo com Mougeot (2000), a definição utilizada para caracterizar uma atividade agrícola como agricultura baseia-se nas seguintes determinantes, demonstradas na Figura 1.

Figura 1 - Definições usuais da agricultura urbana



Autor: Mougeot (2000).

A agricultura urbana quando relacionada à tangente “atividade econômica” é relacionada com a forma de processamento e comercialização dos produtos oriundos das atividades agrícolas em seu meio urbano. Quando produzido em meio urbano as realizações de plantio e venda, possuem uma intercalação mais rápida e próxima, devido à localização e forma de oferta à população, onde as economias de aglomeração prevalecem sobre as de escala (LUCENA, 2014).

A localização é o elemento que facilita a forma de enquadramento ou não ao conceito de agricultura urbana e periurbana, sendo esse o elemento mais comum. Quando se trata de agricultura urbana, refere-se às atividades agrícolas em áreas urbanas, conforme já apresentado acima. Porém quando tratamos do termo agricultura periurbana, torna-se mais complexo a forma de aplicação. Alguns autores consideram o fator quantidade populacional, outras consideram os limites da cidade, dentre várias formas de aplicações, visto que ocorre uma preocupação com a atividades comerciais e industriais, criadas através das áreas industriais estarem mais perto das áreas urbanas (LUCENA, 2014).

As áreas utilizadas para a produção agrícola podem variar de autores, bem como os centros urbanos. A área para plantio ocorre dentro do terreno de residência

familiar, outras aplicações são vistas em terrenos baldios e até mesmo em áreas adquiridas com esta finalidade econômica. Mas em todas as aplicações ocorre uma relação de aproveitamento e forma de uso do solo. O sistema e a escala de produção dos produtos oriundos da agricultura urbana estão diretamente correlacionados ao fornecimento de alimentos e de recursos para os habitantes das cidades (LUCENA, 2014).

A relação entre produtos e a destinação dos produtos estão ligados a ser uma fonte de abastecimento de alimentos para a área urbana que visam garantir à população acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a subsistência. Os produtos originários da agricultura urbana possuem uma vantagem logística em relação aos produtos vindos de grandes centros de distribuição de alimentos.

De acordo com Madaleno (2001), o programa de desenvolvimento das nações unidas define a agricultura urbana como uma atividade agrícola que abrange: hortas urbanas, jardins agrícolas, arborização urbana com árvores frutíferas, cultivo em quintais, plantas medicinais, ocupações de lotes baldios, cultivos em vasos e/ou varandas/sacadas, em terraços, dentre outras inúmeras formas. Porém essa atividade contribui para a produção, comercialização e processamento de alimentos, incentivando a população urbana pela busca dos alimentos produzidos nestas áreas, economizando o uso de energia.

No Brasil nos anos de 1970 a 1995 a taxa de urbanização chegou a 75%, onde 30 milhões de agricultores migraram para as cidades (HADDAD-KESSOUS; SABROU, 2005). Segundo dados disponibilizados pelo IBGE em 2010, apresentam que mais de 80% da população brasileira já vive nas cidades, ao mesmo tempo a urbanização cresceu de forma desigual, onde poucas cidades concentram os fatores riqueza e população. As 49 cidades com mais de 350 mil habitantes, representam 50% da população urbana e detém cerca de 65% do PIB (PORTAL BRASIL, 2014).

2.1.1 Diferenciação Agricultura Urbana e Periurbana

A **Agricultura Urbana (AU)** e **Agricultura Periurbana (AP)** são atividades de agricultura desenvolvidas em território urbano (ou próximos a estas áreas), passaram a ser tratadas em estudos acadêmicos recentes. A fim de conceituação de AU

Mougeot (2000), sugere que devem ser analisados algumas determinantes para a correta classificação, dentre elas os seguintes fatores:

- Atividade econômica desenvolvida;
- Localização da atividade;
- Tipos de áreas utilizadas para o desenvolvimento;
- Sistemas de escala de produção;
- Tipo de produtos produzidos; e
- Destinação da produção.

Para uma melhor definição e aplicação dos conceitos abordados é necessário diferenciação AU de AP, sendo o fator localização o principal determinante para enquadramento de uma agricultura ou outra. Outro fator importante para se levar em consideração é a escala de produção, visto que quanto maior a produção, maior deve ser a área utilizada. (FERREIRA; CASTILHO, 2007).

Quadro 1 - Diferenciação da agricultura urbana, periurbana e rural

| FATOR | URBANA | PERIURBANA | RURAL |
|---------------------|---|---|--|
| Tipo da atividade | Produção inclusive comercialização e processamento. | Produção inclusive comercialização e processamento. | Produção inclusive comercialização e processamento. |
| Localização | Espaço urbano | Espaço periurbano | Espaço rural |
| Áreas utilizadas | Áreas pequenas nas residências ou terrenos cedidos. | Áreas grandes se comparada com a área urbana, próximas às residências ou em terrenos arrendados | Áreas grandes, próprias ou arrendadas. |
| Sistema de produção | Produção em pequena escala. | Produção em escala média, se comparada com a rural. | Produção está vinculada a capacidade produtiva, produção em grande escala. |
| Produtos | Hortaliças, frutas, fitoterápicos, pequenos animais, dentre outros | Hortaliças, frutas, fitoterápicos, criação de pequenos e médios animais. | Grãos, produtos básicos para a criação de animais. |
| Destino produtos | Autoconsumo e/ou trocas, sendo o excedente da produção comercializado | Geralmente comercializado, autoconsumo em menor escala. | Destino dos produtos depende do tipo de produção e da escala de produção, podendo ser comercializado ou consumido. |

Fonte: Ferreira; Castilho (2007), adaptado Mougeot, (2000)

Além dos fatores apresentados no Quadro 1, para uma correta classificação deve-se levar em consideração os fatores ligados à realidade espacial, pois tanto a AU e AP oferecem em sua essência um suporte para a resolução de problemas sociais, ligados à segurança alimentar. Para Monteiro (2002), além dos fatores sociais,

culturais e econômicos que envolvem a AU e AP, deve-se levar em consideração os aspectos ligados às esferas culturais (no que diz respeito à origem da população) e políticos (no que diz respeito às práticas públicas).

A diferenciação entre AU e AP é mais complexa do que somente analisar os fatores apresentados, pois envolvem fatores teóricos e filosóficos, a serem aplicados. Para Monteiro (2002), no que diz respeito ao fator dimensão social, consegue-se destacar fatores como: inclusão social, acesso à saúde, acesso à alimentação saudável, qualidade de vida, dentre outras determinantes. A AU e AP é uma prática utilizada como fator de desenvolvimento sustentável para as cidades e grandes metrópoles, sendo utilizada como garantia de segurança alimentar.

Do ponto de vista da dimensão econômica, existem duas diferenciações importantes a serem feitas, a AU e AP desenvolvidas como finalidade de autoconsumo ou hortas comunitárias, onde o enfoque principal não é o econômico e sim o acesso aos alimentos. A AU e AP quando desenvolvida como finalidade comercial além de ser uma garantia de renda às pessoas envolvidas de forma direta e indireta, é considerada uma alternativa para evitar crises de falta de abastecimento nas cidades.

Uma das características mais comuns em vários estudos que abordam a agricultura urbana, consistem na pouca diferenciação entre agricultura urbana e rural. A característica mais importante para diferenciar a agricultura urbana da rural não é somente a localização, mas sim a o fato de ser uma peça importante na construção de uma economia integrada com os sistemas sociais para a produção urbana. A agricultura urbana não deve ser vista como uma prática complementar a agricultura rural, em termos de autoconsumo e fluxos de comercialização/abastecimento (BOUKHARAEVA et al., 2005).

A agricultura rural possui um papel de estímulo para a produção de alimentos orgânicos em grandes centros urbanos. A produção em ambiente urbano deve ser pensada no sentido de aproveitar os espaços que estão ociosos, dando a população uma oportunidade para a população promover o plantio de hortaliças, criação de pequenos animais, plantação de ervas aromáticas, práticas que possuam consequências na redução da fome (BOUKHARAEVA et al., 2005).

A relação entre o ecossistema urbano faz com que a agricultura urbana se diferencie da agricultura rural, uma vez que somente a prática agrícola não é mais um determinante para a sua diferenciação. A agricultura urbana e periurbana está sujeita à leis municipais de zoneamento e mapeamento, já agricultura rural é desenvolvida

fora do perímetro urbano e possui maior número de realidades sociais envolvidas (MOUGEOT, 2000).

Para se compreender melhor o papel da agricultura urbana e periurbana, bem como auxiliar na sua distinção da produção agrícola rural. O Quadro 2 apresenta em seu contexto o tratamento da literatura sobre aplicação e conceituação dessas práticas.

Quadro 2 - Diferenciação produção urbana e rural

| Particularidades | Urbana e Periurbana | Rural |
|---|---|--|
| Tipo de exploração | Não tem agente de posse da terra, praticada de forma intensiva | Extensiva |
| Renda | Atividade de produção é secundária ou de apoio. | Principal renda. |
| Identidade do produtor | Imigrantes do meio rural, a prática representa uma complementação de renda. | Já nascem em contato com as práticas agrícolas. |
| Ponto de vista da comunidade sobre a importância da agricultura | Pontos de vistas diversos | Geralmente apoiam |
| Uso da terra | Pequenos espaços ou reaproveitamento | Destinada às práticas agrícolas |
| Acesso à terra | Própria residência, terrenos baldios ou terrenos cedidos | Próprios, adquiridos com a finalidade de grande produção |
| Destino dos produtos | Autoconsumo ou comercial, no caso dos excedentes | Comercialização |

Fonte: baseada em Terrile, Mariani e Dubbeling (2000).

Os agricultores urbanos são imigrantes ou de origem rural, que produzem com a finalidade de autoconsumo e subsistência. Os agricultores mais organizados economicamente, veem nas práticas agrícolas urbanas uma alternativa para a geração ou complementação de renda. Conforme Coutinho (2007), embora exista uma grande variedade de agricultores urbanos, pode se observar que são das classes sociais mais distintas que investem na atividade agrícola direcionando a produção a nichos de consumo, sem ter necessariamente um histórico familiar agrícola.

É importante fazer a distinção entre as atividades de agricultura desenvolvidas no ambiente urbano, essas práticas podem ser como AUC (Agricultura Urbana Comercial) e AUF (Agricultura Urbana Familiar). A AUC consiste nas práticas agrícolas com a finalidade comercial de geração de renda, já as práticas de AUF consiste na produção em pequena escala como forma de autoconsumo e subsistência

das famílias, pode serem desenvolvidas em seus quintais ou até mesmo em terrenos baldios cedidos.

AUC tem como principal agente interessado em seu desenvolvimento para a fornecimento de hortaliças ou matéria prima às agroindústrias instaladas nas cidades. A AUC pode ser fortificada dependendo do consumo e aceito da população em relação aos padrões de qualidade da produção dos alimentos. AUF tem como finalidade não fornecer produtos a terceiros, mas em ser uma fonte de complementação de alimentação. As práticas de agricultura urbana em um contexto geral possuem um papel fundamental para reduzir os impactos da insegurança alimentar e oferecer alimentos que garantam a qualidade alimentar necessária a manutenção da saúde (CARVALHO et al., 2004). O Quadro 3 representa os sistemas de produção que podem ser desenvolvidas em ambiente urbano e periurbano, apresenta assim um panorama do contexto de aplicação e desenvolvimento para as atividades urbanas.

Quadro 3 - Sistema de produção na agricultura urbana e periurbana

| Sistemas | Produtos | Localização | Técnicas |
|----------------|--|--|---|
| Aquicultura | Peixes, frutos do mar e algas marinhas | Lagos, riachos, lagunas, zonas pantanosas | Criação em gaiolas ou em viveiros |
| Horticultura | Agrícola, frutas, flores e plantas medicinais | Jardins, parques, espaços urbanos, rurais e periurbanos | Cultivo protegido, hortas, hidroponia, e canais de cultivo. |
| Agrofloresta | Combustível, frutas e sementes, compostos e materiais de construção. | Ruas, jardins, áreas de encosta, cinturões verdes, parques e zonas agrícolas | Arborização de ruas, implantação de pomares. |
| Criações | Leite, ovos, carne, estrume, peles e pelos | Áreas de encosta e espaços periurbanos | Criação em confinamento |
| Diversificadas | Plantas ornamentais, flores e plantas exóticas | Serras e parques | Cultivo protegido, plantas envasadas e canteiros suspensos. |

Fonte: baseada em FAO (1998).

2.1.2 Agricultura Urbana e a biodiversidade urbana

Segundo Lucena (2011), o modelo de agronegócio desenvolvido em meio urbano consiste nas propostas de:

- Educação ambiental, onde de acordo com Sampaio e Guimaraes (2009), consiste em disseminar o conhecimento com a finalidade de preservação e consciência do uso dos recursos ambientais de forma sustentável e com pensamento nas gerações futuras;

- Segurança alimentar, tem sido apresentada como uma forma de conscientização para o acesso de uma alimentação saudável, nutritiva e que atenda as quantidades necessárias. Sendo desenvolvida por meio de uso consciente de espaço físico e econômico, proporcionando acesso ao alimento por toda a população (HANDARA; QUERISHI, 2010);
- Desenvolvimento local, de acordo com Boyle (2010), o desenvolvimento se dá baseado na autonomia de produção dos agentes locais, considerando as estratégias utilizadas para a implementação deste processo que incentivem o processo de inovatividade dos agentes humanos envolvidos;
- Manutenção da biodiversidade, deve ser promovida a qualidade de vida por meio de manutenção e criação de espaços que minimizem os fatores de poluição causada pela população do meio urbano (GEORGI & DIMITRIOU, 2010); e
- Uso da terra, consistem nas práticas de gestão do uso do território, o uso do solo de forma desordenada causa deterioração do meio ambiente. As informações disponibilizadas sobre o uso da terra, visam minimizar o impacto sobre os ecossistemas (CAMPOS, et al., 2004).

Os países europeus como Inglaterra e Itália que fizeram uso do modelo de desenvolvimento urbano, iniciaram em um processo pós-revolução industrial e em uma evolução capitalista (LUCENA, 2011). Foi neste contexto de evolução econômica e industrial, que surgiram os primeiros edifícios agroindustriais, em meio urbano. Esse fenômeno ocorreu devido ao processo de deslocamento das famílias do meio rural para o meio urbano, em que foram em busca de uma melhor condição de subsistência, com acesso à educação e saúde (DAL SASSO; CALIANDRO, 2010).

Após um cenário de duas guerras mundiais as práticas agroindústrias trazidas pelos colonos no meio urbano foram quase extintas, devido aos meios urbanos terem ido à ruína e a reconstrução ter demorado longas datas. Na década de 70 quando as cidades europeias ressurgiram recuperadas das sequelas físicas da guerra, a geração de habitantes que residiam nessas cidades não tinha mais o mesmo apego ao campo, como os seus ancestrais colonos (DAL SASSO; CALIANDRO, 2010). Para Smith e Haid (2004), o processo da população urbana, dar um tratamento de multiplicação populacional, que propiciam a substituição de atividades primárias (agropecuárias) por atividades industriais e de serviços.

De acordo com a FAO (2010), as necessidades alimentares urbanas crescem, devido à expansão da população urbana. A quantidade e qualidade dos alimentos consumidos não varia de acordo com a quantidade necessária, mas depende quase que exclusivamente das variações dos preços praticados e a inflação do período. Fatores como estes contribuem para a má alimentação causadas não pela falta de alimentos, mas pela ingestão de alimentos calóricos e industrializados

Com a metropolização das grandes cidades, ocorre o aumento da pobreza e da exclusão social, em um processo de empobrecimento, gerados pelas desigualdades econômicas e políticas. Este cenário é fruto de um processo histórico, onde por muitos anos o poder foi exercido por uma elite política (ROMANO, 2008). Nas cidades menores a interação entre o meio rural e urbano é muito maior, devido à proximidade geográfica. A proximidade desses elos fez com que a população urbana, tenha o hábito de hortas em seus quintais (ARRUDA, 2007). Em um paralelo a urbanização das cidades, com o processo de migração das famílias rurais para o meio urbano, fez com que existisse um processo de transformação em costumes e saberes.

O crescimento da agricultura urbana ocorreu através de um processo de globalização, que acarretou em uma migração da população que residia nas zonas rurais para o meio urbano. A população quando estabelecida em área urbana é mais suscetível à insegurança alimentar, devido estar à mercê de fontes externas (COUTINHO, 2007). A agricultura urbana deve ser vista pelos pesquisadores e agentes do poder público como uma estratégia para combater e aumentar a segurança alimentar em uma perspectiva de uma economia solidária e de partilha.

O principal objetivo ao se cultivar alimentos em pequenos espaços é de fazer com que a população possa consumi-los. Uma alimentação mais saudável e até mesmo com o menor uso de agrotóxico faz que as famílias possam cultivar para o seu consumo e também comercializar com os arredores os produtos excedentes de sua produção. Dessa forma a agricultura urbana possui um sentido mais abrangente, onde oferece uma forma de renda e sustento às famílias que migraram da zona rural e não possuem uma outra forma de sustento, pois ela pode ser desenvolvida em diferentes locais, em espaços de quaisquer tamanhos independente a sua localização (COUTINHO, 2007).

A dimensão urbana é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. No ambiente urbano ocorrem efeitos além do desenvolvimento econômico, atividades relacionadas à saúde, educação, patrimônio, dentre outros

efeitos. Para se pensar na biodiversidade urbana é necessário pensar na sustentabilidade do meio urbano e também refletir os aspectos estéticos, sanitários e construtivo. De acordo com Graziera (2010), geralmente a preocupação com o meio ambiente tem início antes das fronteiras das cidades, mas estes recursos naturais quando situados nas cidades não causam preocupação e não é motivo de preocupação da população. A agricultura urbana possui um papel para a biodiversidade positiva, pois é um dos fatores externos ao contexto cotidiano das pessoas.

Arruda (2010), trata o ecossistema urbano, onde a população consome bens, serviços e energia, esgotando os recursos naturais como um dos problemas na concentração de população. A AU precisa ser desenvolvida como um agente de interação no ecossistema urbano, deve ser desempenhada de forma clara e onde a sua interação com os ecossistemas consiga interagir e atingir os diversos níveis urbanos.

A partir de desse pensamento de interação e clareza o espaço urbano começa a ser visto como um espaço de multifuncionalidade, que consegue tranquilamente discutir sobre o desenvolvimento e aplicação das práticas de AU e AP, pois a prática agrícola deixou de ser exclusiva do meio rural. Conforme Carneiro e Maluf (2003), a noção de multifuncionalidade da agricultura valoriza o agrícola no meio rural como um fornecedor de bens para consumo. Em um contexto de aplicação mais abrangente as funções econômicas e sociais atribuídas à atividade agrícola na produção de alimentos para consumo, mas também na qualidade dos alimentos produzidos e como principal responsável pela preservação do meio ambiente.

2.1.3 Agricultura urbana e o uso do solo

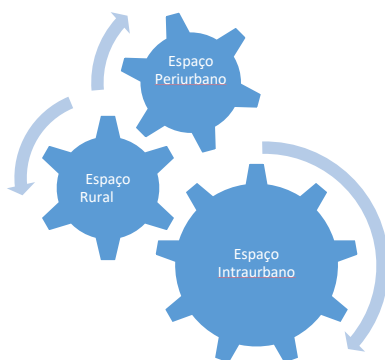
O solo agrícola é o recurso utilizado e associado aos componentes e insumos necessários, para o cultivo de alimentos. O solo é um dos pontos mais importantes sob o ponto de vista ecológico e ambiental. As atividades agrícolas realizadas no meio rural são consideradas a principal fonte econômica para manutenção e permanência familiar. (FREIRE; RAMOS, 2014).

Uma das questões básicas mais discutidas acerca da produção agrícola urbana é a busca de ferramentas e modelos de produção alternativas, preocupados e voltados para a utilização da água, considerando a forma de uso do solo e reduzindo

a poluição do ar. Devido ao crescimento populacional urbano nas últimas décadas é necessário a busca de modelos alternativos de produção agrícola, para a garantia da segurança alimentar e a forma de planejamento de desenvolvimento urbano com a finalidade de criar um equilíbrio entre o rural-urbano (LUCENA, 2011).

A AU representa a possibilidade de produção e acesso de alimentos saudáveis à população urbana mais pobre. A criação de políticas públicas ou até mesmo por meio de associações de moradores dessas localidades, significam a geração de renda complementar a essas famílias. Muitas vezes as atividades realizadas nos meios urbanos são de forma irregular, ou seja, sem uma formalização para fins de comercialização. A Figura 2 representa a forma de interação existente entre os espaços com relação ao uso do solo. Os espaços intraurbano, rural e periurbano possuem uma alta dependência entre si.

Figura 2 - Agricultura urbana e o uso do solo.



Fonte: adaptado Lemos, (2012).

Segundo Lemos (2012), o espaço intraurbano conforme apresentada na Figura 2 possui critérios com densidades ao alcance das autoridades legais bem como uma série de regulamentação com relação à forma do uso do solo. Já o espaço rural apresentado na figura 2 possui áreas demarcadas com as fronteiras urbanas e periurbanas sendo influenciada pelas necessidades e demandas urbanas. O espaço periurbano apresentada na figura 2 abrange os locais entre as áreas rurais e urbanas, com uma população mais carente e por estar entre as duas zonas sofre influências de ambas as esferas, tendo uma tendência a um sistema produtivo que deve ser levado em consideração.

As práticas de agricultura urbana são encontradas em quintais ou terrenos baldios, quando se destinado ao autoconsumo. Esses agricultores urbanos optam por plantações de hortaliças, com um ciclo produtivo curto, visto que não ocorre uma

assistência técnica por parte de órgãos públicos. Já as atividades desempenhadas de forma organizada, para fins econômicos, utilizam de uma área destinada com essa finalidade e com um certo grau tecnológico empregado.

Nas cidades ocorrem uma supervalorização imobiliária e uma competição com relação ao uso da terra, o produtor urbano por muitas vezes não é detentor do espaço onde está produzindo e acaba sofrendo com os interesses do poder público, bem como os proprietários da área cultivada. Para Machado e Machado (2002), as terras que podem ser cultivadas em regiões de periferias estão distantes dos grandes centros, devido à rápida urbanização, essa preocupação deve ser um fator importante nos discursos dos governantes, pois se tratam de problemas rurais e urbanos. Fatores como: contaminação das fontes de água, degradação ambiental, violência, acúmulo de lixo, são alguns dos principais problemas ocorridos pelas expansões urbanas desordenadas (NOLASCO, 2004).

A agricultura urbana pode ser desenvolvida em duas modalidades, a modalidade de Agricultura Urbana Comercial (AUC) que possui uma finalidade de geração de renda e Agricultura Urbana Familiar (AUF) que apresenta uma finalidade de segurança alimentar familiar (BOUKHAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2005). A AUC é desenvolvida a partir de um objetivo comercial para atender o mercado local e/ou regional, a fim de suprir uma necessidade de consumo identificada pelos produtores. Para a AUF tem como premissa básica a produção em pequena escala, onde os membros da família envolvidos dedicam-se de forma parcial.

Conforme Ferreira e Castilho (2007), a agricultura urbana traz consigo um papel fundamental não somente na prática de produção como também como um papel social, econômico e ambiental ao ambiente. Tem como uma característica de construir e pensar em novos lugares e modos de produção.

Nas últimas décadas ocorre um interesse econômico em torno das atividades agrícolas que exigem um grau de conhecimento e especialização mais elevado, como as práticas de produção orgânica, hidropônica, agroflorestais, permacultura, dentre outras inúmeras atividades ligadas ao “eco”, para que isso agregue um valor e torne as atividades ligadas ao agronegócio mais lucrativas e rentáveis para os pequenos produtores.

Para Machado e Machado (2002), as terras mais agricultáveis encontram-se ao entorno das áreas urbanas, ou seja, nas regiões periurbanas, porém estas áreas estão sendo cada vez mais deslocadas para zonas mais distantes, tudo isso ocorre

devido ao crescimento desordenado das áreas urbanas. Dentre os principais problemas identificados por Nolasco (2004), refere-se a: contaminação da água, acúmulo do lixo, violência, falta de renda e a insegurança alimentar.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar está associada a três condições, disponibilidade de alimentos, condições de uso dos alimentos e os nutrientes (BARRETT, 2010). O termo segurança alimentar consiste na garantia de que todas as pessoas, independentemente de sua condição social e econômica possam ter acesso a alimentos saudáveis e de nutricionalmente adequados (FAO, 2010).

O termo segurança alimentar e nutricional tem como significado a garantia de acesso aos alimentos básicos em quantidade e qualidade suficiente para suprir as necessidades de existência digna em um contexto de desenvolvimento integral de pessoa humana. Quando se trata de segurança alimentar não se deve levar em consideração somente o acesso aos alimentos e sim uma análise mais ampla, no qual visa identificar e quantificar as condições e o ambiente para a produção, deste modo um ambiente adequado proporciona às pessoas envolvidas um desenvolvimento de práticas e atitudes sustentáveis (VALENTE, 2007).

As estratégias utilizadas pelas políticas públicas e de entidades privadas que envolvem a doação de alimentos, estão expostas e sujeitas a questionamentos, devido ao fato de que os cidadãos não estarem cientes de seus direitos. A segurança alimentar tem como base fundamental o acesso regular e permanente aos alimentos, sendo respeitado à diversidade cultural, aliadas aos fatores sociais, econômicos e ambientais. Faz-se necessário que as intervenções ocorram de forma disponibilizar ferramentas para o acesso, produção e manutenção desses alimentos para a população (SANTOS, 1993).

Quando se tratado sobre a qualidade dos alimentos consumidos, traz-se à luz a análise além do consumo, mas também a dignidade de acesso desses alimentos à população. Alguns pesquisadores e escritores questionam a utilização e disponibilidade de alimentos transgênicos, mas este não é foco de estudo neste trabalho.

Na mesma medida em que a produção de alimentos se torna mais eficiente, surgiram às condições propícias para que um cenário de desnutrição se

transformasse em uma epidemia de obesidades e doenças relacionadas à má alimentação ou pelo abuso no consumo de alimentos (OLIVEIRA; LIMA-FILHO, 2011). A quantidade de pessoas com sobrepeso e obesidade já ultrapassa as pessoas com subnutrição, sendo a obesidade umas das principais ameaças à saúde humana no planeta.

O acesso às condições de alimentação adequada é alvo de pesquisas e preocupações das organizações não governamentais e do poder público. O consumo de alimentos inclui hábitos e preferências de alimentação, muitos estudos sobre o consumo levam em consideração os fatores econômicos de preço venda e a renda (FRITZ, 2014).

Para garantir direito ao acesso aos alimentos em qualidade e quantidade para inibir a insegurança alimentar, deve estar atrelado ao fato de permitir aos agricultores familiares a comercialização de sua produção com preços justos (FERREIRA; CASTILHO, 2007). Um dos fatores promotores para a insegurança alimentar, além de ser a relação com produtor familiar, está ligado ao fato da imposição de padrões de alimentação que não respeitam a diversidade cultural e populacional mundial (Portal Brasil, 2014).

Vários são os países que buscam alternativas eficazes para a segurança alimentar, dentre eles destacam-se: Canadá, Holanda, Alemanha, Islândia, Nova Zelândia, Austrália, China, Dubai e Japão. Países estes com restrições de áreas produtivas, sendo devido à escassez de mão obra, clima, espaço geográfico. Ao mesmo tempo em que países menos favorecidos como Coreia do Norte, Níger, dentre outros, também desenvolvem modelos alternativos a fim de erradicar a fome extrema (LUCENA, 2011).

A urbanização é um fator de influência nos aspectos de produção e na forma de produção e na forma de consumo dos alimentos. As práticas de agricultura urbana é uma importante ferramenta para prover alimentos às populações urbanas mais pobres, mas também como um instrumento de inserção de acesso a alimentos saudáveis.

O termo utilizado como segurança alimentar possui várias significações e tipologias desde a Primeira Guerra Mundial (MARQUES; COSTA, 2005). O termo segurança alimentar nutricional consiste no acesso permanente e regular aos alimentos com qualidade e em quantidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais, tendo como premissa a utilização de práticas alimentares que promovam

a saúde e respeitem a diversidade e sejam ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 1994).

Conforme Argenti (1999), a segurança alimentar depende do conjunto de ações que envolvem o sentido de enfrentar as carências nutricionais e o acesso a hábitos saudáveis de alimentação. O exercício da agricultura urbana vem permitindo que a população envolvida fortaleça os laços com a vida comunitária, condição essa essencial para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional (WEID, 2004).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

A abordagem do processo de desenvolvimento sustentável, vem tomando destaque entre pesquisadores internacionais, à medida que a ideia da AU e AP vem se difundindo em vários países. Muitas são as experiências identificadas em cidades da Europa e demais países da América do Norte e Japão. A AU e AP é um agente facilitador no processo de planejamento urbano, sendo parte integrante das percepções de mudanças no que se baseia a produção e a forma de consumo de alimentos, no que tangem o fator qualidade alimentar.

Ao mesmo tempo em que algumas regiões no mundo passam por colapsos financeiros, sociais e econômicos, o termo agricultura urbana surge como um agente de produção informal de alimentos. Vários são os conflitos e jogos de interesses políticos que dificultam a integração da agricultura com o planejamento urbano, visto que a agricultura desenvolvida em meio urbano transforma a realidade da população que a pratica.

Tratar as cidades como um local de solo fértil e produtivo, faz com que ocorra uma dinâmica entre os meios produtivos da agricultura e o ambiente urbano. A realização de práticas agrícolas traz novas possibilidades para compreender e estruturar as cidades, pensando em se utilizar espaços não produtivos para o bem-estar da população.

As cidades são o símbolo de uma forma de relação integrada, surgiu da necessidade do homem viver em comunidade (MUMFORD, 1965). No meio urbano para uma melhor convivência existem regras para sobreviver e conviver, estabelecendo uma ordem para o planejamento dos processos humanos. Foi através do aumento populacional e a concentração de pessoas nas cidades, bem como as suas atividades econômicas cada vez mais nocivas que fizeram com que se iniciasse

a necessidade de um planejamento nas cidades, oferecendo condições de acessibilidade e de habitualidade. O desenvolvimento sustentável consiste em uma sociedade que consiga se manter a médio e longo prazo (BECKER, 2001).

O planejamento urbano sustentável consiste em vincular valores e recursos naturais, ecológicos e ambientais às paisagens urbanas. O planejamento urbano ainda visa à igualdade social e bem-estar da população em uma visão de comprometimento de todos para com a sociedade em que residem, a fim de oferecer às gerações futuras condições de vida saudável. Em uma visão mais adequada sobre o planejamento sustentável urbano, deve-se ocorrer uma integração entre a proteção ambiental e o planejamento territorial, ou seja, uso da terra.

A eficiência do planejamento urbano consiste em uma integração entre a garantia de satisfação das necessidades da população e um uso adequado dos recursos, evidenciando os benefícios obtidos pela estratégia social e econômica. O processo de planejamento urbano sustentável deve se basear na promoção de bem-estar e qualidade de vida da população, através de maiores e melhores sistemas de urbanização relacionadas com o meio natural (AMADO; SAUER, 2010). É através da necessidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas que o planejamento urbano sustentável surge como uma peça importante para a estruturação das cidades.

Para Newman e Jennings (2008), os espaços urbanos necessitam de processos sustentáveis para reduzir o impacto do crescente da população do meio urbano. A ideia de um desenvolvimento socioeconômico sustentável, remete a uma análise da riqueza gerada em prol da satisfação das necessidades básicas populacionais. A sustentabilidade urbana consiste de uma discussão de como gerar matrizes que consigam articular as questões ambientais e urbanas, em uma harmonia entre a utilização dos recursos naturais e a renda gerada.

A busca pelo desenvolvimento sustentável urbano, vem de encontro com a necessidade de buscar alternativas o equilíbrio da sustentabilidade urbana, que possua como base o uso do solo de forma mais eficaz, com o aproveitamento dos resíduos gerados bem como o cuidado com o uso do solo e da água (DEELSTRA; GIRARDET, 2000). A agricultura urbana apresenta um papel fundamental no processo de modificação na forma de ver o alimento, na forma de conservar o solo e principalmente na forma como a população se alimenta.

Quando se tratada como atividade à agricultura urbana abrange toda a forma de produção, colheita, transformação de produtos agrícolas e até de origem pecuária.

Neste contexto a agricultura urbana é desenvolvida em diferentes níveis da população, porém dependendo muito do contexto das dinâmicas existentes na região onde as cidades estão estabelecidas (BRASIL, 2002).

2.4 URBANIZAÇÃO DE SANTA CATARINA E DO OESTE CATARINENSE

Ao contrário do crescimento do cenário brasileiro em que a ocupação rural por vários séculos foi baseada em grandes propriedades e áreas de terras, o Estado de Santa Catarina tem como base a condição colonial de pequenas propriedades rurais. O grande salto no crescimento industrial e na produção com o desenvolvimento energético, transporte e infraestrutura surgiu na administração do governador Celso Ramos entre os anos de 1961 a 1965. Durante este período cerca de 50,41% da renda era oriunda da agricultura e 68,18% da população viviam no meio rural (GOULARTI, 2014).

Segundo dados do IBGE (2011), a taxa de urbanização do Estado de Santa Catarina passou de 21,32% em 1940 para 59,41% em 1980 e 83,90 em 2010. Os principais determinantes para o processo de urbanização de Santa Catarina basearam-se na industrialização e nas políticas de desenvolvimento regional. Este fator fez com que ocorresse um processo de migração do meio rural para o meio urbano. O grau de urbanização do Estado subiu de 36,16% para 85,10% em um período de 50 anos. Conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – População, por situação do domicílio em Santa Catarina, 1940 a 2010

| Anos | Total | Urbana | % Urbana | Rural | % Rural |
|-------------|--------------|---------------|-----------------|--------------|----------------|
| 1940 | 1.178.340 | 253.717 | 21,53% | 924.623 | 78,47% |
| 1950 | 1.560.502 | 362.717 | 23,24% | 1.197.785 | 76,76% |
| 1960 | 2.118.116 | 673.981 | 31,82% | 1.444.135 | 68,18% |
| 1970 | 2.901.734 | 1.246.043 | 42,94% | 1.655.691 | 57,06% |
| 1980 | 3.627.933 | 2.154.238 | 59,38% | 1.473.695 | 40,62% |
| 1991 | 4.541.994 | 3.208.537 | 70,64% | 1.333.457 | 29,36% |
| 2000 | 5.356.360 | 4.217.931 | 78,75% | 1.138.429 | 21,25% |
| 2010 | 6.248.436 | 5.247.913 | 83,99% | 1.000.523 | 16,01% |

Fonte: dados IBGE, vários anos (Goularti, 2014).

O Quadro 4 demonstra que população catarinense em um período de 70 anos cresceu mais de 530%, elevando a população de 1.178.340 em 1940 para 6.248.436 em 2010. Em contrapartida a população rural que representa 78,47% em 1940,

reduziu de forma significativa para 16,01% em 2010. Sendo esse o resultado do êxodo rural catarinense, onde as famílias buscam nos meios urbanos um melhor acesso à qualidade de vida.

O processo de crescimento populacional urbano, ocorre de acordo com a necessidade e desenvolvimento socioeconômico de cada região (ALBA, 2002). De acordo com Fujita (2008), nas décadas de 80 e 90, as cidades brasileiras, de uma forma geral em decorrência do processo de crescimento, sofreram com problemas ambientais e econômicos, devido ao não preparo das instalações urbanas existentes e a carência de políticas públicas.

Santa Catarina e a região Oeste possuem uma diversidade de produção rural, geradas pelas pequenas e médias propriedades. Uma região basicamente agrícola. Ao mesmo tempo com aumento relativo a insumos e valores, faz-se necessário analisar e buscar alternativas para que estes pequenos e médios produtores permaneçam na região oeste, visto que a mesma está tendo uma redução considerável de população nos últimos anos.

2.5 DICOTOMIA RURAL URBANA

A dicotomia rural urbana é considerada uma categoria de análise clássica. Apresentando a figura das cidades como iniciadas a partir de uma base econômica rural. Durante muitos anos viu-se o espaço agrário como um espaço rural, sendo de forma simplista classificado como não urbano, que não sofria influência direta das cidades (LOCATEL, 2013).

A divisão maior ocorre no sentido de trabalho, onde um local considera-se como atividades de cunho intelectual e o outro como meramente material. O conteúdo de divisão do trabalho consiste no poder dominante que as cidades exercem sobre o campo (REMY; VOYE, 1976). Já para Lefebvre (1999), a separação do trabalho ocorre entre natural e espiritual. No caso do Brasil essa definição não foi tão clara, pois baseados em dados históricos constata-se que grandes propriedades e grupos dominantes rurais, exerciam uma certa influência sobre poder político e econômico.

Segundo Saraceno (1996), identifica-se uma divisão diferente dos citados anteriormente, onde para ele desde a revolução pré-industrial as atividades desenvolvidas em meio rural em um processo de manufatura. O conceito apresentado por Saraceno se enquadra melhor na realidade de algumas regiões brasileiras. O meio

rural e urbano, excedem os limites estacionais tradicionais (LOCATEL, 2013). O campo é um espaço com predominância rural, mas pode não ser exclusivamente rural, assim como o espaço urbano, pode ter além de atividades desenvolvidas em meio urbano bem como atividades rurais.

Para Santos (1993), a forma tradicional de divisão do rural e urbano não contempla mais a atual realidade do Brasil, são dois sistemas integrados que não devem ser divididos e considerados como partes isoladas. São partes integrantes de um mesmo sistema, com relações constantes entre si, com um certo grau de dependência entre as partes, mas mesmo assim não se consideram homogêneos. Pode acrescentar-se a visão de a ruralidade não se considerar uma etapa para o desenvolvimento a ser superada, mas sim como a incorporação de estratégias para suprir a demanda de mudanças e aperfeiçoamento tecnológicos, para se impulsionar a criação de uma nova realidade (ABRAMOVAY, 2000).

Segundo Rosa (2006), para compreender e diferenciar o rural e urbano, pode-se analisar as características na paisagem do meio urbano e rural, bem como o uso do solo, a economia, a forma de vivência bem como a relação entre eles. As definições sobre o campo e a cidade são discutidas por Marques (2002), onde apresenta duas abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. A abordagem apresentada pela *continuum* apresenta uma interligação entre campo e cidade, onde o processo de desenvolvimento é alcançado pela sociedade, para atingir os meios rurais e urbanos (FREIRE; RAMOS, 2014).

Apesar de um processo de urbanização rápido e intenso, a realização de práticas agrícolas vem ao encontro de possibilidades de compreender as dicotomias existentes entre campo-cidade. As cidades não devem ser vistas apenas como meios modernos e o rural como ambiente de natureza. Analisar as práticas de produção urbana, partem do pressuposto de uma renovação conceitual nas relações socioespaciais.

2.5.1 *Continuum* rural urbano

O surgimento da concepção do *continuum* rural-urbano apresenta a imagem de que o rural deve ser desenvolvido e urbanizado, mas não que deva ser superado. Apesar do rural e do urbano serem diferentes em suas categorias e classificações um não existe sem o outro (FREIRE; RAMOS, 2014). É necessário entender que o

processo de urbanização não está restrito somente ao perímetro urbano e não se restringe apenas à produção urbana.

Wanderley (2001), apresenta uma afirmativa de que entre as duas extremidades rural e urbano ocorre uma inter-relação de *continuum* rural-urbano. Para entender esse conceito é necessário dividir a análise em duas vertentes, a primeira onde ocorre a classificação de “urbano centrada” que apresenta a figura de caráter retrógrado no processo urbano frente ao rural. Já em uma segunda análise, a premissa de um *continuum* rural-urbano apresenta as conexões e ligações entre os dois extremos evitando assim o fim do ambiente rural. Quando se estabelece o pressuposto de “fim do rural” ocorre devido à expansão territorial e populacional urbana e o processo de industrialização da agricultura, pois esta já não é mais exclusividade do meio rural (SILVA, 2000). Percebe-se as abordagens tratadas sobre o desenvolvimento rural, não só na ótica da questão agrária, mas sim na questão que envolve as políticas públicas como um meio de promoção e da sustentabilidade rural.

Para Schneider (2003), as relações econômicas rurais estão relacionadas ao uso da terra e não do uso exclusivo para a finalidade de atividades agrícolas, cada vez mais os estabelecimentos rurais buscam na prestação de serviço, moradias e atividades não agrícolas. Algumas localidades rurais acabam por atrair as instalações de empresas e indústrias, devido ao baixo custo e mão de obra disponível na localidade. Quando se pensar nas relações rural-urbana, deve ser visto com um olhar dinâmico, pois estas relações acontecem de forma solidária. O processo *continuum* estabelece como evidencia a existência de uma fronteira entre o rural e o urbano (FERREIRA; CASTILHO, 2007). Do ponto de vista econômico o rural e urbano interage a medida com que ocorre o uso do espaço e da vida social.

As atividades agrícolas são agregadas ao meio rural devido ao relativo isolamento, trazendo o campo como a relação de atividades de lazer ou repouso, nos modos de vida. Na verdade, o espaço rural deve ter um tratamento além do entendimento de espaço destinado ao desenvolvimento da agricultura, mas como uma relação de interação entre sociedade e natureza (FERREIRA; CASTILHO, 2007). Para Kayser (1990) os aspectos espaciais são moldados de acordo como o modo de produção da sociedade urbana. Possui um caráter fundamental de pertencer a um conjunto de território urbano, formando um processo *continuum* entre os espaços urbanos e rurais. A origem do urbano consiste na necessidade humana de produzir excedentes, permitindo com que a população conseguisse viver de forma aglomerada

se dedicando a outras atividades que não sejam a produção de alimentos, ou seja o centro urbano seria o centro para comercialização e produção não agrícola (SINGER, 1979).

2.5.2. Dimensões Urbanas

As cidades apresentam três dimensões básicas que precisam ser consideradas para uma melhor análise quanto às dimensões das cidades e do campo, o Quadro 5 as apresenta (LOCATEL, 2013):

Quadro 5 - Dimensões das cidades

| Classificação | Dimensões | Características |
|----------------------|-------------------|--|
| Primeira | Espaço Construído | Esta dimensão é representada pela classificação das características morfológicas, que fazem com que o urbano seja facilmente identificado. |
| Segunda | Realidade Social | Nesta dimensão consegue-se identificar as diferenças sócio espaciais resultando da relação e do uso dos espaços pelos cidadãos. |
| Terceira | Territorial | Esta dimensão é extremamente complexa pois está subordinada às esferas do poder público. |

Fonte: adaptado Locatel (2013).

É necessário refletir sobre o modo com que as cidades brasileiras foram constituídas, pois não devem ser consideradas como meras aglomerações de pessoas, pois na criação das cidades devem ser levadas em consideração as dimensões apresentadas por Locatel (2013). Devido à complexidade das relações existentes entre os meios torna-se dificultoso uma regulamentação para o campo. meio. A ideia de rural e urbano é o que dá origem ao significado de campo e cidade. Ao mesmo tempo em que as cidades precisam responder as demandas do campo, fazem com que as cidades se tornem a figura de cidades do campo. A separação que define o comércio e a indústria são urbanos e agricultura é rural é muito superficial, pois se deve analisar o ponto de origem de cada

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentou o método de pesquisa utilizado como suporte para operacionalização e desenvolvimento da análise da agricultura urbana e periurbana no Oeste catarinense. O método científico baseou-se em um conjunto de etapas e processos os quais seguidos ao longo da pesquisa. A pesquisa teve abordagem exploratória e descritiva, por meio de uma análise qualitativa dos dados coletados juntos aos produtores urbanos e entidade de pesquisa e extensão rural.

Esta pesquisa partiu do pressuposto de analisar a agricultura urbana e periurbana no Oeste catarinense, considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. Para tal buscou-se de forma exploratória identificar e caracterizar os produtores urbanos no Oeste catarinense, bem como levantar informações secundárias sobre as perspectivas e procura de informações acerca das produções em áreas urbanas e periurbanas, junto às regionais da entidade de pesquisa e extensão rural de Chapecó-SC e Campos Novos- SC.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa proposta neste estudo está enquadrada nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, na área da Administração, e linha de pesquisa, Competitividade do Agronegócio, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade do Oeste de Santa Catarina. A escolha do tema se deu em virtude de o tema ser relevante para o desenvolvimento sustentável do Agronegócio, bem como o planejamento urbano voltado para a melhoria da segurança alimentar no Oeste catarinense.

A percepção metodológica utilizada baseou-se em pesquisa de caráter qualitativo, com a finalidade de compreensão da Agricultura Urbana para o ambiente urbano na região Oeste catarinense. A pesquisa qualitativa estuda os fenômenos que envolvem as relações dos seres humanos e a sua relação com os fatores culturais no qual está inserido. O presente estudo considera-se pesquisa em que se apresenta suporte para análise aprofundada sobre o fenômeno e ambiente estudado (GODOY, 1995).

A validade da pesquisa qualitativa deve estar ancorada aos métodos utilizados para alcançar as respostas aos objetivos propostos. Na pesquisa qualitativa o autor

busca identificar e apresentar o significado dos objetos de acordo com a opinião dos participantes da pesquisa (VIEIRA, 2009). Para Oro (2015, p. 169) “a essência da abordagem da pesquisa qualitativa é a integridade do pensamento”. A abordagem qualitativa se caracteriza pela facilidade de interpretar certas variáveis e compreender processos que são dinâmicos entre os grupos sociais e permite a integridade de interpretação dos comportamentos destes indivíduos (OLIVEIRA; LIMA-FILHO, 2011).

A pesquisa desenvolvida parte do pressuposto de analisar a agricultura urbana e periurbana no Oeste catarinense, considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. A Figura 3 apresenta o mapa de Santa Catarina, destacando a mesorregião estudada durante o desenvolvimento da pesquisa:

Figura 3 - Oeste Catarinense (Mesorregião)



Fonte: Oeste Catarinense – Mesorregião (2016).

As Microrregiões do Oeste foram escolhidas devido a sua predominância agrícola, sendo estudadas as atividades agrícolas relacionadas à produção de hortaliças em solo urbano das seguintes cidades: Xanxerê (SC), Xaxim (SC) Chapecó (SC), Maravilha (SC), Joaçaba (SC) e Caçador (SC). Tais cidades foram selecionadas por conveniência, e devido à pesquisadora ter contato com produtores e/ou conhecidos destes, e que desenvolvem a AU e AP nestes locais. O Quadro 6 apresenta os produtores visitados e entrevistados para a coleta de dados.

Quadro 6 - Localização Produtores

| Nome | Município | Distância Centro Urbano |
|-------------|------------------|--------------------------------|
| Produtor A | Chapecó – SC | 4 Km |
| Produtor B | Chapecó – SC | 2 Km |
| Produtor C | Chapecó – SC | 15 Km |
| Produtor D | Maravilha – SC | 500 metros |
| Produtor E | Xaxim – SC | 2 Km |
| Produtor F | Joaçaba – SC | 12 Km |
| Produtor G | Caçador – SC | 5 Km |
| Produtor H | Xanxerê – SC | 2,5 Km |

Fonte: dados da pesquisa (2018)

A pesquisa sobre a agricultura urbana ocorreu em dois momentos: no primeiro momento ocorreu a visita os produtores identificados em suas respectivas cidades, na qual foi realizada uma visita com finalidade de conhecer as práticas, e nesta visita ocorreu a entrevista semiestruturada (Apêndice 1), onde foram analisadas questões ligadas à forma que está sendo desenvolvida a AUC e APC bem como o perfil desses produtores; em um segundo momento ocorreu as visitas e entrevistas semiestruturadas (apêndice 2) na entidade de pesquisa e extensão rural que é responsável pela assistência às práticas agrícolas nas cidades de Chapecó - SC e Campos Novos - SC.

Tais regionais foram selecionadas por se tratarem de centros de pesquisa e prontamente aceitaram participar de tal estudo. As demais unidades Xanxerê, Xaxim, Maravilha e Caçador são agências que possuem atividades apenas de extensão, fazendo apenas execução das diretrizes desenvolvidas e atendimentos pontuais aos produtores que solicitam. A gerência localizada na cidade de Florianópolis, a qual é responsável pela elaboração das diretrizes dos trabalhos realizados nas demais unidades, em contato telefônico não aceitou participar do estudo, justificando que estava com efetivo de pessoas reduzidas e não achar o estudo como relevante a curto prazo para o estado de Santa Catarina.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A fim de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa optou-se por utilizar pesquisa de abordagem qualitativa. O método qualitativo permite ao pesquisador uma visão mais criativa para a realização da pesquisa. (DENZIN, 2006). Devido ao enfoque da pesquisa ter se baseado na análise e exploração das relações existentes, buscou-se identificar uma amostra representativa, mesmo que não existam controles

e rastreamento de produtores urbanos e periurbanos na região Oeste de Santa Catarina. Analisou-se as observações quanto à natureza e os pontos considerados de relevância identificados durante o estudo.

O método de pesquisa qualitativa é um método subjetivo, porém permite uma percepção sobre o entendimento das atividades humanas. Uma pesquisa qualitativa é indicada para analisar um plano ou programa, com relação às análises de aplicação e comparativo. A coleta de dados ocorreu através de entrevista semiestruturada, baseada em roteiro conforme representadas nos Apêndices 1 e 2, com questionamentos relacionados às circunstâncias do tema (MANZINI, 1990 -1991).

A pesquisa teve como característica, analisar a agricultura urbana e periurbana no Oeste catarinense baseando-se na preocupação com os aspectos da realidade dessas práticas na região Oeste catarinense, concentrando-se na dinâmica das relações econômicas e sociais no ambiente em que está sendo desenvolvida. A AU não possui uma forma regulamentada para ser executada e é por este fator que se faz necessário a interpretação dos dados coletados junto aos produtores urbanos identificados nas cidades listadas, a fim de identificar a as perspectivas e as práticas existentes.

3.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada de forma exploratória. Este tipo de pesquisa é realizada sobre um problema ou questão onde há pouco ou nenhum estudo anterior (COLLIS; HUSSEY, 2005). A pesquisa exploratória consiste em um aprofundamento sobre o objetivo geral do estudo, sobre os conceitos e questões levantadas na pesquisa, visa buscar uma nova alternativa para a segurança alimentar da população do Oeste Catarinense.

No estudo, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, no qual os alvos foram os produtores localizados em território urbano ou periurbano, em cidades da região Oeste de Santa Catarina. E em um segundo momento foram entrevistados os responsáveis pelas regionais da entidade de pesquisa e extensão rural, visando detectar os pontos de vistas de ambos os lados, acerca da percepção da viabilidade social e econômica para o desenvolvimento da agricultura urbana.

A pesquisa exploratória foi definida devido à busca pela pesquisadora em se familiarizar sobre as práticas de AU existentes no Oeste catarinense, pois ao final da

pesquisa os dados objetivos proporcionaram um conhecimento sobre o tema proposto. Para Gil (2010), por mais que sejam definidos tipos de pesquisas, tudo tem início em uma pesquisa bibliográfica, pois a busca na bibliografia serve como uma base para a início da pesquisa de um tema com um grau de inovatividade na região.

A pesquisa exploratória auxiliou na resolução da busca por alternativas para a segurança alimentar. Esse tipo de pesquisa permitiu análises conclusivas sobre o objeto de estudo, a análise de exemplos a fim de estimular a compreensão.

3.4 MÉTODO DE PESQUISA

O método aplicado nesta pesquisa, baseou-se no método dedutivo tendo como aporte teórico a base nas pesquisas publicadas sobre o tema viabilidade socioeconômico da agricultura urbana e periurbana como alternativa competitiva para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável do agronegócio. Os estudos já realizados sobre as perspectivas de AU aplicados em outras regiões do Brasil ou até mesmo em outros países, utilizando o método dedutivo, visando aplicá-los na região Oeste Catarinense.

Para Gil (2010), o método dedutivo em sua concepção clássica baseia-se a partir de um geral e aplicado em uma realidade particular, desta maneira possibilita a conclusão de sua aplicação na região definida. O estudo acerca da AU e segurança alimentar, partem de pressupostos já tratados por autores que utilizaram desses temas em suas pesquisas.

Esta pesquisa apresentou a unificação do conceito de AU ligado a preocupação mundial ligada à segurança alimentar. O método dedutivo em sua aplicação simplificada apresentou a base para uma conclusão mais precisa sobre o tema na região Oeste catarinense.

3.5 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa teve como fase inicial baseada em pesquisas na literatura, a fim de identificar as principais pesquisas realizadas sobre Agricultura Urbana. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo a busca pelas contribuições científicas, tendo como finalidade dar o suporte para a definição da execução da pesquisa. Levando-se em consideração aos objetivos desta pesquisa, a estratégia metodologia para a mesma

foram utilizadas de forma direta e indireta. A utilização de forma indireta, baseou-se no recolhimento de informações sobre o tema de interesse com base em uma pesquisa bibliográfica. Procedimento este que tem como objetivo a busca por pesquisas já publicadas sobre o tema abordado (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Como forma de pesquisa direta, no qual consiste na busca do levantamento dos dados onde os fenômenos ocorrem, devido a este fator foi necessário utilizar de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos produtores urbanos identificados em Caçador – SC, Joaçaba – SC, Chapecó – SC e Xanxerê – SC, bem como uma entrevista semiestruturada nas regionais da entidade de pesquisa e extensão rural, que são responsáveis pelas regiões onde estão distribuídas. As entrevistas foram aplicadas entre 02/2018 e 04/2018, bem como visitas técnicas e observação nos produtores. O Quadro 7 apresenta a relação entre os aspectos relacionados a esta pesquisa, bem como as metodologias utilizadas, como a relação entre problema de pesquisa e objetivos a serem compreendidos na mesma.

Quadro 7 - Metodologias e aspectos da pesquisa a serem atendidos

| Aspectos a serem pesquisados | Metodologias a serem utilizadas |
|---|---|
| Problema: De que maneira a agricultura urbana (AU) e periurbana (AP) vem sendo desenvolvida no Oeste catarinense, e como estas podem auxiliar para a segurança alimentar regional? | Pesquisa exploratória; entrevista semiestruturada, visitas técnicas às propriedades urbanas. |
| Objetivo geral: Caracterizar a agricultura urbana e periurbana no Oeste Catarinense considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. | Pesquisa bibliográfica; entrevista semiestruturada, visitas técnicas às propriedades urbanas. |
| Objetivos específicos: Identificar as atividades de agricultura urbanas e periurbanas existentes no oeste catarinense – SC. | Pesquisa exploratória para identificação dos produtores urbanos. |
| Avaliar as perspectivas da agricultura urbana e da segurança alimentar no ponto de vista dos produtores e da entidade de pesquisa e extensão pública. | Entrevista semiestruturada e visitas técnicas aos produtores urbanos e as regionais da entidade de pesquisa e extensão rural. |
| Promover discussão e reflexão acerca de como a agricultura urbana vem ocorrendo na região Oeste de Santa Catarina. | Entrevista semiestruturada e visitas técnicas aos produtores urbanos e as regionais da entidade de pesquisa e extensão rural. |

Fonte: o autor (2017).

3.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos para a análise de dados desta sobre viabilidade socioeconômico da agricultura urbana e periurbana como alternativa competitiva para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável do agronegócio no oeste

catarinense, consistiram em reunir informações confiáveis e suficientes para comprovar os objetivos da pesquisa.

Segundo Gil (2010), as formas mais adequadas para analisar os dados coletados. Em uma pesquisa qualitativa, a interpretação e análise dos dados já ocorre no momento em que é coletado. O Quadro 8 apresenta os instrumentos de coletas de dados que serão utilizados, forma de tabulação e à forma de apresentação dos dados.

Quadro 8 - Instrumentos de coletas de dados

| Instrumentos de coletas de dados | Forma de tabulação | Tipo de analise | Forma de apresentação |
|---|---|--|---|
| Entrevista | Quadro organizador | Análise de conteúdo e narrativas | Fragmentos de falas marcantes, durante a entrevista |
| Observação | Organização check-list e registros fotográficos | Análise das anotações/registros fotográficos | Relato da observação dos fatos ocorridos |

Fonte: adaptado Dorneles, 2011.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que consiste em dedicação no processo de análise do conteúdo, pois requer o estabelecimento de etapas para análise. As etapas podem conter uma pré-análise do material coletado, tratamento dos resultados e interpretação dos dados coletados (GIL, 2010). Já a técnica de análise de narrativas consiste na transcrição na integra das aulas de todos os participantes da pesquisa. A metodologia utilizada teve como finalidade auxiliar no processo de coleta, interpretação e análise dos dados desta pesquisa.

4 ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste capítulo são expostos e tratados os resultados que foram obtidos a partir dos dados coletados. O intuito deste capítulo consiste em descrever e analisar as entrevistas realizadas, contemplando os objetivos propostos nesta pesquisa. A apresentação e análise dos dados segue o mesmo roteiro de entrevista de perguntas aplicados a 08 (oito) produtores urbanos e/ou periurbanos localizados na região Oeste de Santa Catarina. Em contrapartida foi analisada a entrevista realizada em 02 (duas) regionais da entidade de pesquisa e extensão rural instaladas também na região estudada, observando que as entrevistas realizadas para a entidade seguem um roteiro próprio, diferente da aplicada ao produtor.

A presente análise e interpretação de dados está disposta da seguinte forma: entrevista aplicada aos produtores, em 3 (três) etapas, análise sociocultural, socioambiental e socioeconômico. Essa divisão possui como propósito caracterizar e analisar os produtores e as atividades desenvolvidas. A entrevista à entidade de pesquisa e extensão rural contemplou questões ligadas à perspectiva e visão da entidade quanto às práticas de agricultura urbana. As entrevistas visaram com essa estrutura contemplar a percepção e importância das práticas para a qualidade e segurança alimentar.

4.1 ANÁLISE INDICADORES SOCIOCULTURAIS

O panorama urbano onde as atividades agrícolas são desenvolvidas, partem de pressupostos muito semelhantes em todas as cidades abordadas na região Oeste de Santa Catarina. Como o dito, a agricultura urbana apresenta alternativas para utilização do solo, em contrapartida trazendo à população o acesso a alimentos saudáveis. Ao identificar os indicadores socioculturais teve-se como objetivo caracterizar o perfil desses produtores em relação a: identificação do produtor, qualificação do trabalho, produção, uso do solo e os aspectos gerais que influenciam as atividades desenvolvidas.

A agricultura urbana nas atividades identificadas nas cidades de Chapeco – SC, Xaxim – SC, Xanxerê – SC, Caçador – SC, Joaçaba – SC e Maravilha – SC, a partir da revisão bibliográfica estudada possuem papéis sociocultural e ambientais de extrema importância. Exercem um papel social e conseguem ser competitivos em seu

ambiente, dentro do seu contexto de produção. Nos produtores entrevistados denota-se com o seguinte panorama: quanto menor a produção ou o local utilizado para a produção, maior a preocupação com o contexto de apresentar alimentos que sejam “orgânicos”.

A dimensão abordada sociocultural consistiu em identificar e analisar fatores ligados a obtenção de um patamar de igualdade social, distribuição de renda, trabalho e renda satisfatória, devem ser analisados também a igualdade de acesso de insumos bem como tecnologia e acesso a serviços sociais básicos (SACHS, 2000). Apesar da dimensão sociocultural ser de considerável importância e possuir uma independência perante as demais dimensões, necessitou-se que ocorresse uma análise levando em consideração os demais fatores relevantes.

Visando contemplar uma análise correta para os quesitos ligados à esfera sociocultural na entrevista para coletar os dados dos produtores com iniciativas de agricultura urbana. Nos indicadores socioculturais foram elencados os seguintes quesitos questionados aos produtores: identificação do Produtor e caracterização dos produtores urbanos entrevistados.

A produção urbana consiste em uma produção uma tanto quanto diversificada. Como característica identifica-se um potencial nas atividades desenvolvidas e a preocupação e cuidado com os aspectos ambientais. No que diz respeito ao potencial da agricultura urbana, tem-se o pensamento em uma produção saudável para viabilizar a pequena propriedade ou produção hidropônica, devido à procura da população. Neste contexto de levantamento de dados e análise das práticas de AU propiciam uma análise nas estratégias utilizadas como meios alternativos de trabalhos.

4.1.1 Caracterização dos produtores urbanos e/ou periurbanos

Neste capítulo serão expostas as análises referentes à caracterização dos produtores urbano e/ou periurbanos identificados. O Quadro 9 relaciona os produtores identificados na região Oeste de Santa Catarina.

Quadro 9 - Caracterização dos produtores.

| Cidade | Nome do Empreendimento | Distância do centro urbano | Atividade desenvolvida | Destino da produção |
|----------------|------------------------|----------------------------|--|--|
| Chapecó – SC | Produtor A | 4 km | Plantio de Verduras e legumes | Comercializada em uma rede supermercadista. |
| Chapecó – SC | Produtor B | 2 km | Plantio de Verduras, legumes (orgânico) e compostagem de adubos | Venda direta à população. |
| Chapecó – SC | Produtor C | 15 km | Produção de legumes e verduras e verdura. | Venda para os restaurantes industriais. |
| Maravilha – SC | Produtor D | 500 metros | Produção de legumes e verduras (orgânico) | Venda direta à população. |
| Xaxim – SC | Produtor E | 2 km | Produção de verduras (hidropônica) | Venda para a rede supermercadista. |
| Joaçaba – SC | Produtor F | 12 km | Produção de verduras, temperos e condimentares (hidropônica) | Venda na rede supermercadista. |
| Caçador – SC | Produtor G | 5 km | Produção de frutas, verduras, legumes, cereais, dentre outros (orgânica) | Venda direta à população, por meio de cestas |
| Xanxerê – SC | Produtor H | 2,5 Km | Produção de verduras e legumes | Venda direta à população. |

Fonte: dados da pesquisa (2018)

4.1.1.2 Caracterização do Produtor A

A Horta Urbana aqui denominada como **Produtor A**, está localizada na cidade de Chapeco – SC, no Bairro Efapi. Possui uma área total cultivada de 153.000 (cento e cinquenta e três mil) metros, sendo este local de posse do proprietário a cerca de 30 anos, onde vendeu a área e após um período não especificado na entrevista decidiu comprá-la novamente. O motivo o qual o produtor A decidiu plantar neste ambiente ocorreu segundo ele devido ao seguinte motivo: *“era meu, acabei vendendo, aí como tinha uma demanda muito grande pros (sic) mercados dele, resolvi fazer uma horta”*.

O produtor entrevistado possui a sua origem do campo, porém nenhum de seus familiares ainda residem no meio rural. Quando questionado ao produtor A sobre quantas pessoas da sua família trabalham na atividade, responde que: *“Nenhuma, nem minha mulher. Meu piazzinho (sic) meio período”*. Ao mesmo tempo em que os membros familiares não trabalham em contato direto com a produção executada neste

ambiente, faz com seu filho mantenha contato com a essência da produção agrícola, conforme apresenta a Imagem 1, que representa a horta instalada.

Imagem 1 - Horta produtor A



Fonte: dados da Pesquisa (2018).

Esta horta representada na Imagem 1 possui sua produção destinada a uma rede de supermercados na cidade de Chapecó-SC. Na entrevista quando tratado a figura de “*mercados dele*” refere-se a este sócio que não participa da produção, mas que é responsável pela compra de toda a produção, não participando assim de nenhuma forma cooperativa ou associação para comercializar os seus produtos. A Imagem 2 apresenta a produção das hortaliças cultivadas no local.

Imagem 2 - Produção de Hortaliças Produtor A



Fonte: pesquisa (2018)

Na atividade produtiva possui um quadro de 18 (dezoito) empregados com regime celetista e jornada mensal de 220 horas. Contrata conforme a necessidade e demanda de produtos mais 6 (seis) diaristas. Os empregados que trabalham na produção, apesar de não participarem de forma direta da entrevista, o produtor relatou que todos residem nas proximidades desta horta. Mas o produtor possui outra horta, não analisada nesta entrevista.

O produtor A não define como a produção da horta em ambiente urbano como sua principal fonte de renda para subsistência, relata que: *“Eu tenho vários alugueis, a perua (sic), outra horta que é mais pra (sic) frente. E tenho umas 40 pessoas trabalhando”*.

Imagem 3 - Produção horta Produtor A



Fonte: pesquisa (2018)

A finalidade de sua produção consiste somente para finalidade comercial. Neste espaço ocorre o plantio de: tomate, pepino, abobrinha, vagem, pimentão, alface, rúcula, agrião e tempero verde, sendo alguns dos produtos exposto na Imagem 3. São produzidos uma média de 80 mil pés ao mês. Não possui produção de animais, apenas algumas ovelhas para o consumo.

4.1.1.3 Caracterização Produtor B

O **Produtor B** instalado em Chapecó- SC, está a cerca de 2 km do centro da cidade, porém ele possui uma característica diferenciada perante aos demais, trata-

se de uma Horta Comunitária criada por meio de um Programa que trabalha com reciclagem. O projeto ganhou subsídios de empresas privadas bem como do Ministério Público.

Imagem 4 - Horta Produtor B



Fonte: pesquisa (2018)

A horta comunitária representada na Imagem 4 foi criada no ano de 2016, e possui uma área produtiva de 1.684 m², sobre um local que era de propriedade da Associação e a qual relatou, que se tratava de uma área onde existia uma favela. O objetivo para a criação dessa horta comunitária, segundo o produtor B, que é o responsável pelo projeto social, foi de: “...*Oferece alimentação saudável e um preço menor à comunidade de maneira em geral*”. Esta horta não trabalha somente com a produção agrícola de produtos orgânicos, mas também com a compostagem de materiais orgânicos. “*Na verdade, a gente tá (sic) sustentável, a gente ainda tá (sic) patinando e ela é pequena, e daí ela teria que ter uma área maior pra poder tá (sic) avançando, mas na finalidade dela também é complementar a renda*”.

A produção ocorre pelos próprios moradores do bairro, segundo o produtor B, responsável pelo desenvolvimento do programa, “*até tem um casal que reside na própria horta, tem uma casa à disposição deles, e um outro, ele mora ali pertinho. Mas é funcionário do programa*”. Os empregados são registrados pelo regime celetista de trabalho e a casa que eles moram é feito um contrato como aluguel, porém com um valor irrisório.

Imagem 5 - Produção de tomates – Produtor B



Fonte: pesquisa (2018)

Esta horta por ter origem de um projeto social, quando questionado ao produtor B sobre a relação de auxílio das entidades externas apresentam o seguinte relato: *“Tem, análise de solo toda da EPAGRI. A prefeitura nos ajuda no transporte, a prefeitura nos ajuda também com a própria compostagem. A gente pega (sic) o esterco da cavalaria do batalhão e traz pra (sic) cá, quem pega (sic) pra nós é um caminhão da prefeitura”*.

Imagem 6 - Compostagem produtor B.



Fonte: pesquisa (2018)

A horta comunitária não fez a inserção de seus produtos na rede supermercadista, até ocorreu a tentativa, porém, as trocas eram muito elevadas fazendo com que o produto não se tornasse competitivo. Nesse mesmo contexto não participa de cooperativas ou associações para comercializar, fazendo apenas a divulgação via mídias sociais e nas escolas, para o produtor B, responsável pelo projeto social, a horta faz com que: *“Então o pessoal compra na horta direto, é uma produção sem agrotóxico né (sic), mas ela é urbana sem utilização de agrotóxico”*. A produção possui uma finalidade de autoconsumo da comunidade, por meio da oferta dos produtos com um preço acessível, mas também a finalidade comercial para moradores de outros bairros e do centro de Chapecó – SC. A Imagem 6 representa a casa onde reside o casal que faz os cuidados para a produção e também o galpão onde é feito o processo de compostagem, utilizado como adubo na horta e também para venda a população.

Imagem 7 - Produção de hortaliças e legumes produtor B



Fonte: pesquisa (2018)

A atividade agrícola neste local conforme apresenta a Imagem 7 se destina a produção de: alface, rúcula, beterraba, cenoura, couve-flor, repolho, brócolis, tempero verde, agrião, tomate, pimentão, rabanete, pepino, couve folha, alguns tipos de chás e morango. O produtor B relata que estão tentando atingir um novo nicho de mercado iniciou a produção de chás e temperos da seguinte forma: *“...a gente compra da pessoa que entrega as mudinhas, uns potezinhos com coisa de chá, tempero, e vende um pouco daquilo lá. Mas o forte é o alface (sic) ...”*. Por se tratar de uma horta com

uma finalidade comunitário, foi questionado ao responsável sobre o percentual que se destina a venda para a comunidade ou se possui um preço diferenciado, o qual relatou que: *“Não tem preço diferenciado, a gente vende alface a dois reais pra todo mundo. 100% pra (sic) comunidade e tira um pouco pra nós”*.

4.1.1.4 Caracterização Produtor C

O empreendimento denominado como Produto C, possui sua instalação na cidade de Chapecó – SC, estando 15 km do centro urbano do município. O local foi adquirido pelo proprietário com a finalidade de produção de hortaliças e leguminosas. A entrevista foi realizada com o responsável pelo cuidado desta horta. O proprietário nasceu no campo, trabalhou pouco tempo no meio rural, mas há quinze anos ele trabalha com a distribuição de verduras e legumes, *“...e sempre foi o sonho dele ter essa lavoura”*.

Sua produção iniciou em 2008 e produzem em cerca de 15 mil metros. Nesses 15 mil metros *“...não tem hidroponia, tem estufas e aí tem uma área, e destes 15 mil metros, 5 mil é de estufas, coberto por lona, e o restante é lavoura a céu aberto, mas eu cultivo, geralmente tudo que tem estufa tem fora também”*. Para o empregado responsável pela parte administrativa da horta, a produção hidropônica é *“...é assim ó (sic), o investimento é alto, se você analisar o investimento que tem na hidroponia é muito grande, é que nem cuida uma criança, não pode arreda (sic) o pé, ele é muito melindroso...”*. Todas as pessoas que estão envolvidas no trabalho são contratadas, atualmente o quadro de empregados são de 10 funcionários de forma direta e residem nas proximidades.

O produtor apesar de uma área expressiva de plantio conforme apresentada na Imagem 8, não possui auxílio da entidade de pesquisa e extensão rural ou entidades públicas, possuem assistência das próprias agropecuárias no qual compram os insumos para produção. O método de comercialização da empresa não está ligado à cooperativa ou associação, também não faz a entrega de seus produtos na rede supermercadista.

Imagem 8 - Horta Produtor C



Fonte: pesquisa (2018)

Sendo relato do empregado responsável pela horta diz que: “... meu foco é restaurante industrial. Como que surgiu, existe a lavoura porque a distribuidora perde muito em legumes. Compra um caminhão que vem 300 sacos de batatinha. Tem a batatinha monalisa, a bonita da casquinha (sic) branca, e tem a diversa. A batata diversa, o mercado não quer, ou quer muito barato, prefere a monalisa, mas lá no produtor, tem a monalisa e a diversa, mas lá no produtor, tem as duas que são a mesma batata, que fazem a divisão. Só que todos que vão no produtor, na lavoura, eles querem só a monalisa, e pra nós, a gente quer a diversa, aí eu tenho poder de barganha na monalisa, eu te compro a diversa, mas tu me faz mais barato a monalisa, e se o mercado faz uma promoção, e diz que quer 30 saco (sic) de batata, eu digo pega 50, mas ele diz, se estraga (sic), o que eu faço? Daí digo se estraga (sic) ou fica feia tu devolve (sic), e esse devolver? Eu processo, eu descasco. E ela descascada se é uma monalisa ou uma diversa, não tem mais como saber, o sabor é o mesmo, ou ela ta (sic) torta, ou tem uma manchinha, mas tudo na casca, não muda em sabor em qualidade nada, só muda a aparência mesmo. E isso é com a batatinha, com a cenoura, com a beterraba, com o chuchu, com a abobrinha, e todos esses produtos era descarte pra empresa, aí que surgiu a empresa do processamento, de entregar pronto para os restaurantes, utilizando esses produtos, e só que quando chegamos no nosso cliente, mas eu quero as verduras também. E daí veio o desejo de ter do sócio de ter o plantio, então aí montamos a lavoura...”

A marca no qual é comercializada possui ligação com o negócio principal do produtor que é uma distribuidora de legumes e frutas, conforme o relato do empregado “*A nossa marca é muito conhecida nos restaurantes industriais, que eu me refiro o restaurante das agroindústrias, como AURORA, BRF, Hospital Uniclinicas, Hospital Regional, Fibratec, Rotesma, então são vários restaurantes industriais que eu atendo*”. Sendo este um mercado específico, não tendo segundo o produtor menos perdas e desperdícios.

Imagem 9 - Horta Produtor C



Fonte: pesquisa (2018)

O principal mercado consumidor está na cidade de Chapecó, porém o produtor C atende várias unidades de outras cidades vizinhas. A área de abrangência é considera expressiva. Na horta localizada em Chapecó o empregado relata que são produzidas: “*Toda linha de verduras, se você quiser relacionar, nosso carro chefe é alface, chicória, almeirão, mostarda, tempero, repolho e rúcula*”. Para atender a demanda, o plantio é realizado em 25 estufas que representam 5.000 (cinco mil) metros e o restante planto a céu aberto conforme apresentada na imagem 9.

4.1.1.5 Caracterização Produtor D

O **Produtor D** está localizado na cidade de Maravilha – SC, ficando aproximadamente a 500 metros do centro urbano. A área produtiva total é de 2 hectares, porém atualmente são produzidos aproximadamente 1 hectare. A Horta

existe a cerca de 9 anos, mas desde 1991 que o produtor trabalha com produção de verduras e hortaliças conforme representada na Imagem 10.

Imagem 10 - Horta produtor D



Fonte: pesquisa (2018).

Segundo o relato do produtor D o que o levou a plantar neste ambiente foi de sua origem no meio rural, “...*Nós viemos morar aqui, já tinha horta no pai, aí eu casei e fui morar na cidade, nós morava (sic) no apartamento, e apareceu essa casa.*” A origem tanto do produtor como de sua esposa é o meio rural, porém sua esposa é professora na rede estadual e também no ensino superior, sendo que o seu salário é o que compõe a maior parte da renda familiar e a venda dos produtos produzidos apenas a complementam e são usados para o bem-estar do produtor.

Essa produção não conta com contratação de mão de obra de terceiros, apenas trabalha com um sistema de troca com um irmão, um auxilia o outro quando ocorre a necessidade. Segundo o produtor D existe uma dificuldade de mão de obra onde “...*E ninguém mais quer sujar as mãos*”. O casal possui dois filhos, porém ninguém trabalha na atividade por serem menor idade e por terem outros afazeres escolares.

A produção não recebe um auxílio direto da entidade de pesquisa e extensão rural, de acordo com a fala do produtor D “*De vez em quando a Epagri, a secretaria de agricultura, dão uma passada aí*”. A procura de auxílio externo do produtor só ocorre quando não consegue controlar alguma praga, mas que as demais análises de solo são feitas em uma universidade que possui um campus na cidade de Maravilha – SC. Esse contato ocorre devido ao fato da esposa do produtor D trabalhar disciplinas

no curso de Agronomia desta universidade e relata que “... *O curso de agronomia da Unoesc, vem seguido, daí como eu trabalho com o curso de agronomia, eles sempre vêm. É bem bom essa troca, proximidade com a universidade*”.

Imagem 11 - Horta produtor D



Fonte: pesquisa (2018).

Por se tratar de uma produção em pequena escala conforme demonstram as Imagens 10 e 11, e terem a produção voltado para um cunho orgânico não ocorre a oferta de seus produtos na rede supermercadista. Devido à proximidade ao centro da cidade a população se dirige até o local e compra o produto colhido na hora. O produtor não participa de nenhuma forma de associação ou cooperativa para comercializar a produção. Em seu relato o produtor afirma que até tentou participar, mas que por ter uma produção em pequena escala não consegue ser competitivo, com o preço praticado pelos produtores maiores.

Toda a sua produção é destinada a comercialização, o autoconsumo ocorre, porém não são quantidades relevantes. O método de plantio utilizado pelo produtor trata-se segundo ele de um método “semi-hidropônico”, pois utilizam nas estufas calhas para produzir as hortaliças, além das estufas, ocorre também o plantio a céu aberto. Ocorre a produção de alface, rúcula, brócolis, couve, tomate e pepino. Segundo produtor D optou-se por reduzir o leque de produtos ofertados, pois “...*Porque plantar de tudo, acaba que não consegue atender ninguém. E daí por isso optamos por diminuir...*” Em todos os produtos é utilizado o mínimo de agrotóxico

possível, apesar de não possuir o “selo” de produção orgânica, devido aos cuidados e modo de preparo.

4.1.1.6 Caracterização Produtor E

O **Produtor E** foi identificado no município de Xaxim – SC, está localizado a 2 km do centro da cidade, uma área que era rural, mas devido ao crescimento urbano hoje se encontra em uma região periurbana. O produtor se destaca na produção de hortaliças, atendendo a demanda da cidade e também de algumas cidades vizinhas.

A produção ocorre em uma área de terra com aproximadamente 4.000 (quatro mil) metros, sendo esta área de propriedade familiar há mais de 50 anos. A cerca de 20 anos a atividade principal era a produção e hortaliças. Devido à demanda por mudas de ervas mates “nativas” a família acabou migrando para a produção de mudas. A cerca de 15 anos voltou para a produção de hortaliças, sendo que há 5 anos migrou para a produção de hortaliças por hidroponia, conforme é apresentada na Imagem 12.

Imagem 12 - Horta produtor E



Fonte: pesquisa (2018)

A principal fonte de renda da família vem da produção de hortaliças, atualmente são 5 pessoas da família que trabalham diretamente na produção e contam com a ajuda de mais 2 pessoas que residem nas proximidades que são contratadas para trabalhar na atividade. A sua produção possui uma finalidade 100% comercial e não

recebe nenhuma forma de auxílio de entidades, sobre a forma de plantio e os cuidados que se deve ter, mas também relatam que não fazem mais a procuram mais auxílio, porém participam de cursos em Florianópolis – SC e São Paulo – SP.

Imagem 13 - Estufas produtor E



Fonte: pesquisa (2018).

Os principais produtos que são produzidos neste local são: alface, agrião rúcula e tempero verde, sendo alguns desses produtos representados na imagem 13. Esses produtos são comercializados na rede supermercadista da cidade e em cidades vizinhas. Ao serem questionados se participam de alguma forma de associação ou cooperativa para comercializar seus produtos, o produtor E relata que “...*A gente já pediu, eles têm que fazer assembleia pra ver se aceitam, mas até agora nada*”, ficando assim evidenciado uma certa resistência em aceitar os seus produtos.

4.1.1.7 Caracterização Produtor F

O produtor localizado em Joaçaba-SC, denominado como Produtor F, tem sua produção aproximadamente a 12 km do centro urbano. Produz em uma área aproximadamente de 2,5 mil metros. Neste espaço dedica-se a produção de hortaliças e condimentares a cerca de 15 anos, porém há 5 anos migrou da produção tradicional para a produção por Hidroponia. Todos possuem sua origem do campo e tem como principal característica a produção familiar.

A migração do sistema produtivo convencional para o sistema hidropônico, ocorreu devido a um dos produtores ter cursado Agronomia e identificar uma oportunidade de aumento em sua capacidade produtiva. No período de migração, bem como após este período, o produtor relata não ter recebido nenhuma forma de auxílio ou visita. Afirma que para começar a produzir participou de capacitações em Florianópolis – SC e São Paulo – SP.

Imagem 14 - Horta produtor F



Fonte: pesquisa (2018)

A única fonte de renda familiar, é oriunda da produção de hortaliças. A forma de comercialização que o produtor utiliza, consiste na entrega a rede supermercadista de Joaçaba e algumas cidades aos arredores. Não participam de cooperativas e associações para comercializar, o produtor F afirma que “...*entregamos direto nos supermercados, somos independentes*”.

No local são produzidos: alface, rúcula, agrião, salsa, cebolinha, temperos condimentares e alguns tipos de pimentas. Toda a produção possui uma destinação comercial e não sofrendo nenhum processo de industrialização neste local. Apesar do método de plantio predominante ser o hidropônico, ainda existem algumas estufas com plantio no chão, o produtor F refere-se a: “...*temos algumas coisas que dessas que são terceirizados, como as pimentas as condimentares. Mas é nos arredores e terceirizado*”. Além da produção ocorre um envolvimento dos vizinhos que trabalham na produção, auxiliando assim o produtor que comercializa a todos os produtos.

Imagem 15 - Produção do produtor F



Fonte: pesquisa (2018).

A propriedade está se destacando na produção hidropônica, mas também pela forma com os produtos são comercializados e produzidos. Relatam que no início da produção foi difícil a inserção de seus produtos, pois ainda não possuíam um nome conhecido. Hoje após todo esse período apresentam uma certa satisfação pelo reconhecimento e aceitação do produto. O produtor sempre participa de feiras e cursos relacionados ao cultivo, pois está muito preocupado em dar continuidade ao seu negócio, que está em processo de transição na sucessão familiar.

4.1.1.8 Caracterização Produtor G

Em Caçador – SC, foi identificado um produtor periurbano com características muito peculiares. A produção ocorre em cerca de 1000 mil metros e a proximidade com o centro é de 5 km. Utiliza em seu nome comercial a descrição “Orgânico”, pois possui o selo de produção reconhecida como orgânico. A atividade é desenvolvida pela família, há aproximadamente 10 anos, mas há 2 anos ocorre a produção orgânica. A produtora G apresenta em seu discurso conforme imagem 16, o seguinte apontamento: “...é uma produção diversificada, querendo ou não, e aí decidimos planta (sic) e transforma (sic) em orgânica e são culturas que podem diversificar e agregar valor à pequena propriedade.”

Imagem 16 - Produtor G



Fonte: pesquisa (2018)

A família é quem produz todos os produtos em uma área pequena, porém com condições de solo não muito favoráveis, devido a seu relevo, todos tiveram sua origem ligado ao campo. A atividade de produção orgânica não é a principal renda família, pois a produção inicialmente teve o objetivo de subsistência, mas os excessos começaram a ser comercializados. O relato da produtora G remete a: *“...na verdade a gente começou pra (sic) subsistência da família, da casa, mas pra (sic) sustento da família, que embora sejam 4 pessoas na casa, a gente sustenta três casas, a horta, hortaliça e verdura. Meu marido mora no Paraguai, então a gente manda pra (sic) lá as coisas. Minha irmã mora em Guarapuava, tá (sic) estudando, então tudo é produzido ali e distribuído, o excedente disso a gente vende.”*

Os produtos produzidos nesse local, não recebem apoio da entidade de pesquisa e extensão rural ou alguma outra entidade externa, a produtora procura na internet modos de cultivos e cuidados na produção orgânica. A produção de seus produtos não participa de cooperativas e associações para comercialização, bem como é entregue na rede supermercadista, pois de acordo com a produtora *“...A gente até foi atrás, tem umas cooperativas, mas pra (sic) linha de produção orgânica, é difícil encaixar.”* A partir do momento em que a produtora G conseguiu o selo de produto orgânico, abriu-se alguns outros leques para comercialização *“...Tem agora que a gente conseguiu o selo, que a gente tem o selinho faz uns 30 dias, de orgânico, aí eu consigo entregar nas fruteiras, mercados, só que é ainda é difícil de coloca (sic), a*

fruteira ela quer diversidade grande, em quantidade pequena, então eu prefiro continua (sic) com meus clientes que tenho vinculo.”

Os produtos que são produzidos pela família são: mandioca, batata doce, inhame, batata yacon, morango, hortaliças em um geral, frutas, citros, pêssego, tempero verde, feijão e milho. A produção é destina 60% para finalidade comercial e 40% para autoconsumo, sendo o morango que possui maior venda e procura.

A produtora G relata que a forma de comercialização diversificada, pois “...é feito cesta de produtos, na verdade eu coloco uma lista de produtos que eu tenho pra entregar na semana, tanto no facebook quanto no whatsapp. As pessoas fazem a lista do que querem e eu entrego a domicílio com uma taxa de 5 reais. Neste local consegue fazer a criação de animais para autoconsumo e para comercialização.

4.1.1.9 Caracterização Produtor H

O empreendimento denominado **Produtor H** está localizado no município de Xanxerê – SC, possui a atividade de produção de hortaliças desde 1992, estando localizada a 2500 metros do centro urbano. A produção era exclusiva de hortaliças e alguns legumes, mas devido a demanda da comunidade bem como a dificuldade de mão de obra, a produção foi reduzida e iniciou-se a produção de orquídeas, tendo já um bom reconhecimento na comunidade com a produção de flores e com cursos sobre cultivos e cuidados.

Imagem 17 - Horta produtor H



Fonte: pesquisa, (2018)

A área produzida é de 2500 metros e apesar do cenário acima exposto, o produtor H relatou que “...*Reduzir não reduziu, foi reduzido o plantio, a gente faz mais rotação, deixa mais tempo parado, continua com a mesma área...*”. Esse espaço era rural, porém com o crescimento da área urbana “...*que aconteceu que a cidade cresceu e envolveu né (sic)*”. Trabalham na produção 3 pessoas, devido à redução na quantidade plantada não contrata terceiros para a atividade.

Imagem 18 - Produção horta produtor H



Fonte: pesquisa, (2018).

Segundo o produtor H as atividades desenvolvidas ligadas a produção agrícola recebem apoio da entidade de pesquisa e extensão rural “...*sempre auxílio (sic) nós no que precisava*”. Sempre foi, o apoio que recebiam consistia em auxiliar a família em novas formas de produzir, controles de pragas e técnicas de cultivo, apresentando em seu discurso uma satisfação com relação à assistência que possuem. Hoje a principal fonte de renda da família não é mais a produção de hortaliças, mas sim com o cultivo das Orquídeas.

A atividade de produção na horta ainda continua devido a atender aos clientes que possuem uma fidelidade e vão até o local comprar seus produtos e também para proporcionar uma ocupação aos seus pais que já são aposentados. Não ocorre a participação em associações ou cooperativas e não atendem mais a rede supermercadista, apenas as pessoas que vão até o local adquirir os produtos.

As hortaliças são produzidas no chão, o produtor não migrou a produção por hidroponia devido ao alto investimento e pelo fato de 2014 ter sido atingido pelo

tornado que arrasou algumas áreas da cidade. Relata que necessitou refazer todas as estufas e o prejuízo foi de um valor bem relevante. Apesar da redução na quantidade produzida de hortaliças e a rotatividade feita na produção, o produtor relata uma preocupação e uma tendência às práticas orgânicas, mas afirma que cultivar na nossa região é um tanto quanto difícil, devido ao fato de alguns vizinhos produzem com agrotóxico.

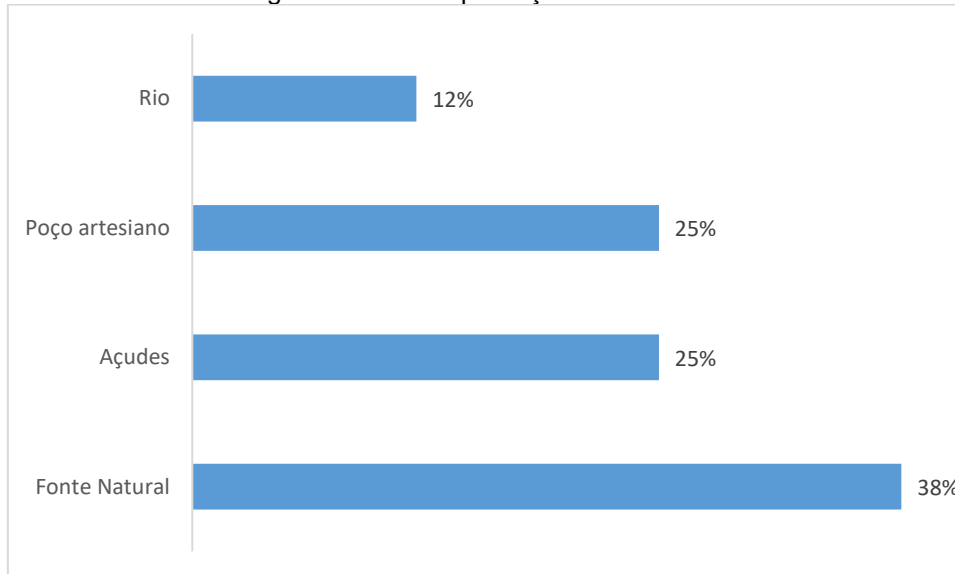
A produção de orquídea é gerenciada pelo produtor e a sua esposa que é professora e Bióloga, no qual possuem o cultivo no local e a venda ocorre em uma loja junto a um Hipermercado da cidade, bem como atendem ao atacado no ramo diversos de flores. Os produtores já possuem um nome conhecido na cidade e em cidades vizinhas pela forma de cultivo das orquídeas e também uma referência em cursos oferecidos à população de como cultivar essas flores em suas casas. Ao ser questionado de quanto à venda das orquídeas representam no faturamento total, o produtor H relata que *“...vem crescendo, é gradativo, em espaço de cultivo tenho um quinto, vinte por cento da área em orquídeas, e em termos de rentabilidade, ela me produz hoje 60% da lucratividade”*.

4.2 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

No que tange às questões voltadas ao meio ambiente, os produtores entrevistados demonstram uma profunda preocupação na manutenção do solo e proteção das nascentes. Para Arruda (2007) a relação da dimensão ecológica possui relações com duas dimensões importantes: a relação com a preservação da natureza na produção de seus recursos renováveis e uso dos recursos não renováveis com uma certa restrição.

Para identificar os aspectos socioambientais questionou-se os produtores urbanos sobre qual a fonte de água utilização para a produção urbana. O gráfico 1 representa o seguinte resultado:

Gráfico 1 - Fonte de água utilizada na produção



Fonte: dados da pesquisa (2018).

A amostra pesquisada na região Oeste de Santa Catarina, possui como característica a de que 38% dos produtores utilizam fonte natural de água na produção. Para o produtor F, o qual produz as hortaliças no sistema hidropônico afirma que: *“É fonte natural. Vai reutilizando, aqui utiliza 90% menos água que o cultivo normal, por incrível que pareça. Contradizendo de quem não conhece”*. Os produtores que utilizam açudes na produção correspondem a 25%, os que utilizam poços artesianos correspondem a 25% e 12% utilizam a água coleta em um rio. A amostra possui como característica a não utilizam de água do sistema público, pois de acordo com o relato do produtor E a água da rede pública continha um grau muito elevado de cloro, fazendo com que a rúcula não se desenvolvesse.

Todos os produtores entrevistados possuem preocupação quanto a reutilização da água e até mesmo o racionamento evitando desperdícios. O produtor B relata que *“reutiliza e temos coleta de água da chuva”*. O produtor C fala com orgulho sobre o cuidado que possuem para proteção do rio que passa na divisa da propriedade e afirma que: *“de água sim, tem cisterna. Porque toda cobertura da estufa, tá (sic) tudo encanado pro rio. É uma coisa legal, que a gente se orgulha, porque a gente ajuda a captar água pro (sic) rio”*. Os produtores E e F por utilizarem o sistema hidropônico para a produção e afirmam que a reutilização ocorre no próprio sistema. Já os produtores D, G e H ainda não possuem cisternas ou outra forma de reutilização, mas demonstram interesse em implantar este sistema.

Com relação a energia utilizada na propriedade, todos os entrevistados utilizam a energia da rede pública e no momento não possuem uma forma alternativa para a produção de energia. O produtor C relata que: *“Não, mas já estudei isso, é um sonho. Uma tendência de mercado. Mas só que o custo é alto”*. Os produtores B e F possuem planos para o futuro. O produtor E utiliza um gerador a óleo, para eventuais faltas.

Fatores como destino do lixo gerado pela produção, destino das embalagens dos fertilizantes e agrotóxicos, são questionados aos produtores. Os produtores relatam que os produtores orgânicos são reciclados na produção, conforme a fala do produtor C: *“Todo lixo orgânico volta pra terra. Por exemplo repolho, sobrou 10 folhas, isso é devolvido, incorporado e serve como adubo”*. Com relação a utilização de agrotóxicos os produtores B, D e G fazem sua produção de forma orgânica não utilizam e os demais produtores que utilizam alguma forma de tratamento químico sintético, devolvem onde foi adquirido.

As questões ligadas à contaminação da água, erosão do solo geram preocupação para os produtores, o produtor C relata que: *“Gera muita preocupação, tanto que tem o rio que passa aqui, e tem uma margem, que acho que 12 metros, que toda vegetação. Toda essa área aqui é com mata nativa e tal, e como te falei, as estufas são tudo (sic) aqui pra cima, toda água canaliza, então não há uma enxurrada que venha e caia dentro do rio. De tubos, no rio sai só água, acontece, sim às vezes acontece de entupir um tubo e dá (sic) uma erosão, mas aí para nessa área de mata”*. A produtora G em sua fala diz: *“sim, é pelo nosso terreno ter bastante desnível, sempre temos que fazer o canteiro com curva de nível, até mesmo porque o galpão fica depois da horta. Se a chuva leva terra da horta, vai tudo pra dentro do galpão, já tivemos essa experiência com meu pai, hoje já não, porque a gente cuida”*.

A busca pelo desenvolvimento sustentável das cidades, vai de encontro com a necessidade de buscar alternativas para o equilíbrio da sustentabilidade urbana. A forma de ter a utilização do solo de forma mais eficaz, com o aproveitamento dos resíduos gerados bem como o cuidado com o uso do solo e da água (DEELSTRA, GIRARD, 2000). Todos os produtores dentro de suas características, vivências procuram minimizar o impacto ambiental de suas atividades. Essas medidas vão desde as mais simples como o destino correto para as embalagens como também, proteção para as nascentes e água e como relata a produtora G: *“cuidar da área de reserva legal, extrativismo pouco, extração de abelha, preservar as áreas de APP, cercar, cuidar direitinho”*.

4.3 INDICADORES SOCIOECONOMICOS

A AU e AP podendo ser comercial ou autoconsumo, possuem uma diferencial da agricultura rural. Uma característica predominante além do contexto localização, diz respeito a formação de uma economia integrada com a necessidade do consumo urbano, essa relação condiz com os fluxos entre comercializar/abastecer (BOUKHARAEVA, 2005). A amostra de produtores entrevistada possui como características a predominância na produção de verduras, legumes e temperos, a produção é destinada para comercialização, somente a produtora G relata que *“60% comercialização e 40% consumo. Morango a gente vende bastante”*.

As formas de comercialização identificadas são distintas, o produtor A comercializa sua produção direto à rede de supermercados do sócio, de forma semelhante o produtor E e F também comercializa a sua produção, mas atende a vários supermercados das cidades onde estão instalados. O produtor B, comercializa os produtos de forma direta à população do bairro, ocorre a divulgação via Facebook e em visitas às escolas. O produtor C apresenta um perfil de produção mais direcionada a restaurantes industriais, a lavoura surgiu para atender a demanda desses restaurantes.

Os produtores D e H atendem a população que reside nas proximidades da horta e por terem uma produção em pequena escala, venda de forma direta. A produtora G possui uma forma de comercialização diferenciada e única na amostra, em seu relato a produtora G fala: *“é feito cesta de produtos, na verdade eu coloco uma lista de produtos que eu tenho pra entregar na semana, tanto no facebook quanto no whatsapp, as pessoas fazem a lista do que querem e eu entrego a domicilio com uma taxa de 5 reais”*.

A produção em ambiente urbano deve ser pensada como uma forma de utilização de espaços ociosos, dando a oportunidade da população promover renda e acesso a segurança alimentar. A Lei 17.533 de 19 de junho de 2018 em seu art. 5º estabelece que:

São beneficiários prioritários da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana:

I - as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional mapeadas pelos Municípios via Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e estratégia e-SUS de Atenção Básica (e-SUS AB);

- II - os fornecedores de alimentos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado; e
- III - os projetos comunitários de agricultura urbana reconhecidos pelos Municípios.

A capacidade produtiva e tamanho da área produtiva é distinta, cada produtor possui uma característica peculiar. O produtor A possui cerca de 20 estufas instaladas e mais 10 canteiros a céu aberto. O Produtor B possui 7 estufas construídas, porém conforme seu relato: “4 construídas com recursos da fundação Cargil, e as menores com recursos do fórum”. O produtor C conta com 25 estufas e mais 15 canteiros em céu aberto. Os produtores E e F possuem 8 estufas com produção hidropônica. Já os produtores D, G e H possuem uma produção em escala menor e possuem no máximo 2 estufas e 1 canteiro.

O investimento feito pelos produtores na estrutura física das hortas varia de acordo com o porte e tamanho da propriedade. O Quadro 10 representa o investimento feito em estrutura física, máquinas e equipamentos.

Quadro 10 - Investimentos em estrutura

| Produtores | Estrutura física | Maquinas e Equipamentos |
|------------|------------------|-------------------------|
| Produtor A | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 600.000,00 |
| Produtor B | R\$ 300.000,00 | R\$ 30.000,00 |
| Produtor C | R\$ 600.000,00 | R\$ 200.000,00 |
| Produtor D | R\$ 20.000,00 | R\$ 4.000,00 |
| Produtor E | R\$ 800.000,00 | R\$ 20.000,00 |
| Produtor F | R\$ 1.400.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| Produtor G | R\$ - | R\$ 800,00 |
| Produtor H | R\$ 40.000,00 | R\$ 10.000,00 |

Fonte: dados da pesquisa (2018).

No Quadro 10 pode-se identificar que os produtores A, E e F que possuem os valores mais expressivos, são produtores que possuem a produção das hortaliças no sistema hidropônico. Os produtores D e G possuem um baixo investimento em estrutura física e possuem uma área menor e com menos capacidade produtiva. No Quadro 11 é apresentado a capacidade produtiva de cada produtor e a relação com o volume de produção.

Quadro 11 - Capacidade produtiva x volume de produção

| Produtores | Capacidade produtiva | Volume produzido *valor expressos em unidades |
|------------|----------------------|--|
| Produtor A | 60000 | 60000 |
| Produtor B | 7600 | 6840 |
| Produtor C | 80000 | 80000 |
| Produtor D | 2400 | 1800 |
| Produtor E | 40000 | 40000 |
| Produtor F | 54000 | 54000 |
| Produtor G | 1200 | 1200 |
| Produtor H | 10000 | 10000 |

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A relação da capacidade produtiva x volume produzido, reflete a procura de mercado por alimentos de qualidade. O mercado consumidor adquire o produto que esteja bem apresentável, ou seja, produtos mais “frescos”. Um aspecto comum identificado na amostra, foi a falta de controle financeiro e contábil. Quando questionados qual o valor gasto com o quesito mão de obra, obteve-se a resposta do produtor D “...*não faz esse controle, o quanto sobra*”, o produtor G diz que “...*o que sobra... Fica com a mãe*”.

4.4 PANORAMA DE PRODUÇÃO E USO DO SOLO

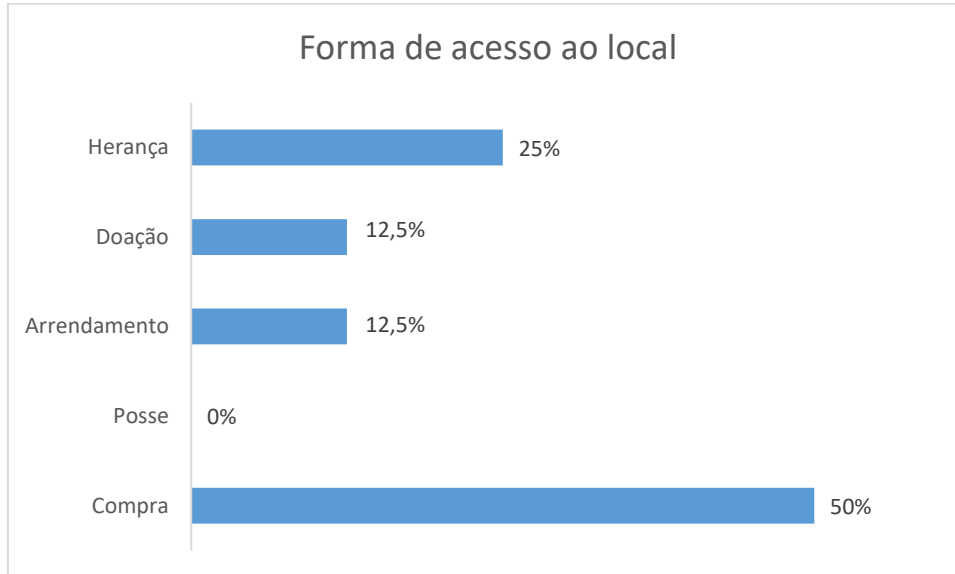
A relação produção e uso do solo foi abordado na entrevista aos produtores em relação à forma de acesso ao local bem como a utilização do espaço em relação ao aumento na capacidade produtiva. Mogeout (2000), estabelece alguns critérios para analisar e classificar a forma de utilização do solo, tais como a relação com a residência do produtor, relação com o desenvolvimento do solo e com relação à modalidade de posse ou uso.

O papel que a AU possui uma característica fundamental na prática de produção como também como um papel social, econômico e ambiental ao ambiente. A AUC tem uma característica de construir e pensar em novos lugares e também em uma geração de renda. (FERREIRA; CASTILHO, 2007).

A agricultura urbana em seu aporte teórico demonstra um discurso por parte dos pesquisadores, como sendo uma alternativa viável para utilização de pequenas extensões, fazendo com que se tornem uma fonte de renda para população. Os entrevistados na região oeste possuem uma preocupação com o futuro das próximas gerações, demonstrando cada uma na sua especificidade uma forma de geração de

renda consciente e com menos impactos ambientais, desde a utilização de adubação orgânica com as sobras da produção, o reaproveitamento da água da chuva, dentre outras práticas identificadas. A amostra de produtores entrevistados apresenta as seguintes características em a forma de acesso ao local conforme é apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Forma de acesso ao local



Fonte: dados da pesquisa (2018).

A amostra entrevistada possui como característica principal a aquisição de áreas nas proximidades urbanas ou área interurbana destinada para a produção com finalidade de comercialização. Todos os produtores entrevistados nesta pesquisa possuem preocupação com o uso do solo e sua conservação. Apresentam relatos de que como possuem áreas de terra pequenas ou em locais com o valor de mercado mais elevado, tentam ao máximo produzir de forma com que seja utilizado todos os espaços para a produção e geração de renda.

De acordo com o pesquisador Delta da entidade de pesquisa e extensão rural de Campos Novos – SC, a agricultura merece uma atenção especial por parte da entidade. A não distinção entre urbano e rural, proporciona um papel importante para o desenvolvimento da agricultura como um todo. Pensando-se em aproveitamento do solo e desenvolvimento urbano, o pesquisador Delta possui sua fala de: *“...espaço urbano é um espaço interessante a ser aproveitado, e aquela questão de sustentabilidade, e então você consegue integrar nos próprios consumidores, que*

consegue entregar o produto no próprio local da percepção, um produto de qualidade, com custo baixo”.

Compreender a diferenciação entre o urbano e rural, faz com que exista uma vivência e aproximação entre a paisagem no meio urbano e rural. O contexto de utilização do solo, forma de economia traz ao meio urbano uma nova forma de vivência e harmonização (ROSA, 2006). Conforme Schneider (2003), as relações econômicas rurais estão relacionadas ao uso da terra e não do uso exclusivo para a finalidade de atividades agrícolas.

4.5 DIFICULDADES IDENTIFICADAS PELOS PRODUTORES

Na entrevista realizada aos produtores urbanos, para tentar identificar o cenário onde estão inseridos e os problemas enfrentados por eles. Foi apresentado uma relação de itens para que fosse ou relacionado como um problema e uma dificuldade enfrentada por cultivar em área urbana/periurbana.

Dentre eles foram questionados: falta de estrutura dos órgãos públicos para atender as atividades agrícolas urbanas; falta de apoio das instituições privadas; dificuldade de inserção da produção na rede supermercadista ou em outra forma de comercialização; dificuldade de acesso a insumos, dentre outros itens que serão apresentados a seguir.

Quando questionados sobre o quesito ligado a: falta de estrutura dos órgãos públicos para atender as atividades urbanas, obteve-se os seguintes relatos:

- **Produtor A:** Este produtor possui uma produção em uma escala maior e apresentou um grande resistência e descontentamento com os órgãos ligados à produção, relatou que *“100% de falta de estruturas... e nunca vieram aqui tira (sic) uma análise do solo”;*
- **Produtor B:** Este produtor que possui a sua atividade por meio de uma ONG, apresentou um relato de satisfação com relação aos órgãos públicos, tanto no quesito de atendimento técnico quanto parcerias no auxílio a insumos, já que sua produção possui como característica a tendência à produção orgânica. Apesar de sua satisfação apresentar uma certa dificuldade, mas com relação à burocracia existentes, *“pra busca (sic) o esterco lá no batalhão, a gente tem que fazer (sic) o encaminhamento de um ofício pra (sic) eles, agora o caminhão. Como vai buscar com 15, 20 dias de prazo, tu negocia isso”;*

- **Produtor C:** Este produtor possui a sua produção em grande escala e apresenta a fala de que nunca procurou auxílio dos órgãos públicos. *“não, não. Não busca, porque iria busca (sic) o que? As agropecuárias já me dão esse suporte, eu já compro um inseticida dele, e ele já me faz esse trabalho. O órgão público eu teria que pedir hoje, pra ele me atende daqui há 15 dias. E daqui 15 dias o bichinho já comeu tudo”;*
- **Produtor D:** Apresenta a fala de que possui acesso aos órgãos públicos, apresentando a fala de que sempre que necessitou, buscou auxílio e o recebeu. Como possui uma produção pequena, *“acho que não, que toda vez precisa da secretaria, eles vêm. A gente planta pouco, então nossos produtos eles sabem e ajudam”.*
- **Produtor E:** A sua produção é hidropônica, quando iniciaram a utilização desse método produtivo não encontram suporte para a produção. Este produtor afirma *“difícil, quando você precisa eles nunca podem”.*
- **Produtor F:** Este produtor também apresentou uma certa resistência, apresentou o seguinte discurso, *“falta de estrutura dos órgãos públicos, tivemos no início, mas no decorrer da carruagem, foi bom que nem tivesse. A EPAGRI não tem conhecimento, eles pregam muito que incentivam, mas não tem conhecimento”;*
- **Produtor G:** Este produtor, possui o selo de produção orgânica, encontra dificuldade de acesso a insumos e até mesmo conhecimento sobre as práticas orgânicas. *“. em relação à prefeitura, EPAGRI, então a prefeitura, esse mês ela foi arruma (sic) a estrada, mas desde que moramos lá, nunca tinham ido”. A EPAGRI nunca teve lá, então é assim, principalmente na área que estamos trabalhando, que podemos considerar um nicho de mercado, não tem apoio nenhum”;* e
- **Produtor H:** Possui uma atividade pequena e não encontra dificuldade de acesso a apoio da entidade de pesquisa e extensão rural. Este mesmo produtor não busca auxílio, por conhecer e atividade, bem como sua formação técnica ser ligado a este ramo.

No dia 19 de junho de 2018, foi publicada a Lei nº 17.533, onde o Governo do Estado de Santa Catarina institui a Política estadual de apoio à Agricultura Urbana, voltada a promoção da segurança alimentar e nutricional. Voltada para a melhoria na

qualidade de vida e geração de renda da população. Tal lei pode auxiliar não só os produtores entrevistados, bem como a ajuda ajudar a difundir as práticas de produção alimentícias e utilização do solo. A amostra entrevistada demonstrou a falta de apoio por meio dos órgãos públicos, com relação a acesso a novos conhecimentos e tecnologias de produção, sendo essa lei um grande passo para o auxílio e promoção das práticas urbanas.

A entidade de pesquisa e extensão rural possui uma distinção entre os produtores urbano e rurais, sendo o público alvo de atendimento as propriedades do meio rural. O apoio ofertado ocorre por meio de visitas pelos extensionistas. Por se tratar de um assunto considerado ainda novo pela entidade, não existe mão de obra especializada e até mesmo pessoal suficiente para atender a demanda. O atendimento ocorre como o relatado por ambas as unidades de forma pontual, na forma de auxílio nas práticas de controle de pragas e análise do solo.

A amostra abordada relata que enfrenta a dificuldade de falta de apoio por parte das instituições privadas. A amostra entrevistada no início de suas atividades relatam que enfrentaram dificuldade de inserir seus produtos para serem vendidos na rede supermercadista, alguns devido a essa dificuldade optaram vender de forma direta ao cliente como nos casos dos produtores B, D, G e H. Para os produtores que já possuem algum tempo fornecendo não encontram mais essa dificuldade, conforme relata o produtor F: *“teve bastante né (sic), muita, hoje temos um nome conceituado no mercado. Se torna mais fácil, se nós queremos colocar um produto, fica mais fácil”*.

Em relação a dificuldade de acesso a insumo e controles de pragas não se torna um quesito entendido como dificuldade para os produtores convencionais, porém os produtores que produzem de forma orgânica ocorrem dificuldade de encontrar em nossa região. Para o produtor D: *“tem, alguns produtos, assim como a gente usa, é produto orgânico, é difícil de arruma (sic), daí a gente tem que arrumar fora, pesquisar na internet”*. A produtora G fala que: *“sim, bastante porque quase tudo que eu utilizo hoje é feito na propriedade, utilizo chá, enfim, porque a gente sabe que em países desenvolvidos, a gente encontra na agropecuária mesmo os insumos orgânicos pra ser utilizado, e até mesmo pra gente fazer adubo, é bem difícil de achar e bem caro”*.

Os produtores que utilizam o sistema produtivo por hidroponia sentiram dificuldade em encontrar tecnologia. Porém acabaram buscando formas de conhecer e aperfeiçoar o método produtivo, para o produtor A *“eu vou em feira, em tudo lugar,*

eu acompanho”. Para o produtor F entende que essa falta de tecnologia, faz com que eles tenham um diferencial na *forma* de produzir, o mesmo fala: *“olha, pra nós não sei se torna uma coisa favorável, não existe, tivemos que buscar tudo fora”*.

O quesito apontado como uma dificuldade, está relacionado com a mão de obra, para trabalhar na atividade. 100% dos produtores entrevistados consideram como um fator de dificuldade, para alguns pela rotatividade e leis trabalhistas como no caso dos produtores A e C e alguns produtores consideram como um quesito que os impedem de crescer, o produtor F, fala: *“esse é o principal que a gente não cresce”*, para o produtor D e H é um dos fatores que fizeram com a produção reduzisse, pois eles já estão apresentando problemas de saúde e não conseguem pessoas que trabalhem na atividade. O produtor F em sua fala ainda trata a falta de mão de obra como estar relacionado ao quesito “status”: *“o pessoal prefere trabalhar em uma indústria para ganha (sic) R\$ 1.200,00 e não colocar a mão da terra, do que trabalhar na propriedade”*.

4.6 PERSPECTIVAS DA ENTIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR

As regionais da entidade de pesquisa e extensão rural entrevistadas foram as unidades de Pesquisa em Chapeco – SC e Campos Novos – SC. Ambas as regionais bem como os entrevistados demonstraram uma imensa satisfação, bem como acharam o tema como sendo um estudo relevante para a região. Para a entidade de pesquisa e extensão rural não ocorre uma separação clara entre produtores rurais e urbanos, ou até mesmo a criação de um segmento que atenda somente os produtores urbanos.

O pesquisador Delta entrevistado em Campos Novos, relatou sua experiência na visita que fez a Cuba em 2003, onde o pesquisador considera o país como criador da agricultura urbana, no qual afirma que: *“Cuba até com o limite de energia, com os limites, o lema deles é produzir onde se consome, o próprio pessoal, compra (sic) lá no produtor, entrega de charrete, bicicleta, e aí fica muito mais sustentável”*.

Para que conseguisse identificar o papel atual da entidade de pesquisa e extensão rural, bem como o perfil dos *produtores* que a procuram foram instituídas algumas perguntas relacionadas ao desenvolvimento de algum programa que incentiva as práticas de agricultura urbana. A pesquisadora Beta, relata que “A

EPAGRI não tem nada específico. Na procura a gente vai, e visita alguém, encaminha, mas não tem, não existe um programa específico”, o pesquisador Delta traz em sua fala a dificuldade de atendimento da demanda, devido ao número de técnicos serem reduzidas, “por falta de gente, não tem um programa estadual, mas nossos técnicos da extensão rural, eles são demandados pra atender. Então os técnicos prestam assessoria, mas são trabalhos pontuais, não é um programa. Atendimento de demandas”. As escolas estaduais e municipais buscam o auxílio técnico, mas na forma mais “educativa” e são um público alvo que recebe auxílio de instituições privadas para desenvolver os programas. As Imagens 19 e 20 apresentam a horta agroecológica que possui a funcionalidade de ensinar e mostrar aos produtores e a comunidade sobre a forma de produção agroecológica.

Imagem19 - Horta Agroecologia – entidade de pesquisa e extensão em Campos Novos - SC



Fonte: pesquisa (2018).

O pesquisador Delta relata que os produtores em um geral rurais e urbanos, vem com uma certa frequência buscar orientações técnicas em relação a produção orgânica, *“Eles buscam orientações técnicas, de como produzir hortaliças, no meio orgânico, claro que tem pessoas do meio urbano, que eles vêm com problemas de pragas, a maioria controle natural, forma natural”*. Para a pesquisadora Beta em Chapeco – SC, devido ao rápido crescimento da cidade, muitos dos produtores que eram rurais, hoje estão localizados em áreas urbanas e periurbanas, sendo então considerados como agricultores tradicionais, *“ quando eles procuram a gente acompanha como um agricultor tradicional, a gente visita, orienta a parte técnica,*

encaminha pra outros lugares, pra outras visitas e também que possa conhecer outros espaços. É nesse sentido a gente atua, mas não, como se fosse específico”.

Imagem 20 - Horta Agroecológica entidade de pesquisa e extensão em Campos Novos – SC



Fonte: pesquisa (2018).

Quando questionados sobre quais os problemas que entidade de pesquisa e extensão rural encontra, com as relações as atividades urbanas, ocorre os seguintes pontos de vistas apresentados:

- **Pesquisadora Beta:** *“eu vejo que justamente tá nessas peculiaridades, porque por exemplo só pra te dá (sic) um exemplo, a gente faz um documento que se chama DAP, que é o enquadramento do agricultor como agricultura familiar, e aí tem dificuldade de enquadra (sic) alguém que tá trabalhando com agricultura dentro da cidade ou, então as vezes, como não existe nada específico, às vezes ele acaba se desenquadrando dos programas. Do acesso às políticas públicas, porque não tem um enquadramento”.*
- **Pesquisador Delta:** *“Eu diria assim, a maior dificuldade é no uso da água, que precisa de irrigação, então se justifica usar água de forma tratada, porque é uma água muito cara, e tecnicamente não é recomendada, porque tem muito cloro e faz mal pras (sic) plantas, aumento o cloro no solo. Então se há um limite de produção urbana, é aquelas culturas que dependem muito de água, irrigação, cisternas, coleta das casas, pra aproveitar a água da chuva, esse seria o caminho com custo baixo, esse é o fator número 1, mais importante, é a água, mas tem solução e não é difícil.*

A entrevista Beta apresenta uma preocupação e dificuldade de enquadramento desses produtores nos moldes existentes para classificação dos produtores, bem como a falta de políticas públicas no município de Chapecó – SC. Já o entrevistado Delta, por possuir um olhar mais técnico por conhecer as práticas de agricultura urbanas desenvolvidas em Cuba, apresenta uma preocupação na forma da produção, com relação a água utilizada.

A região oeste de catarinense é considerada uma região extremamente agrícola, quando questionados sobre a agricultura urbana ser considerada como uma prática viável para a produção comercial e autoconsumo, são apresentadas as seguintes perspectivas:

- **Pesquisador Beta:** *“eu acho que alguns casos é (sic) bem viável, as vezes nem é escolha do agricultor, porque como nós estávamos falando, Chapecó hoje tem muitas áreas que eram rurais, e agora são urbanas. E aí o agricultor vai continuar com a atividade dele. Então foi um processo que nem foi por vontade dele, mas ele precisa ser visto né (sic)”.*
- **Pesquisador Delta:** *“É viável, e principalmente em municípios que tem a topografia é mais favorável e existe muitos espaços urbanos a serem aproveitados, e é aproveitado em terrenos baldios, que os proprietários cedem até gratuitamente para plantação, então tem viabilidade comercial”.*

São dois contextos presentes, a visão de que o crescimento populacional acabou chegando até área rural, que passa a ser urbana e o produtor precisa continuar com a sua atividade de subsistência e o pensamento de aproveitamento e uso do solo. Ao serem questionados com a relação da existência de profissionais que possuam conhecimento sobre as práticas urbanas, apresentam o contexto existente na instituição da falta de profissionais, não só que conhecem em específico as práticas urbanas, mas em um contexto geral onde a entidade de pesquisa e extensão rural Campos Novos é considerada como *“Aqui em Campos Novos é uma das exceções em todo oeste, por ter no meu caso, que trabalho com hortaliças, mas na maioria dos casos, a EPAGRI tem um déficit de profissionais nessa área, são áreas mais complexas, falando assim em pomares domésticos, e mas, são áreas que tem muito pouco profissional com conhecimento, então é limitado e tem muitos problemas pra se toca (sic). E eles não tem muito tempo pra dedica (sic) a esse trabalho de agricultura urbana”.*

Então qual seria o papel que seja desenvolvido pela entidade de pesquisa e extensão rural? Para o pesquisador Delta: “*Eu, sempre defendi que a EPAGRI deveria dá (sic) uma atenção especial pra (sic) agricultura urbana, porque diremos EPAGRI enquanto instituição pública, não pode separar o meio urbano do rural ela teria um papel importante no desenvolvimento da agricultura, pensando em qualidade dos entendimentos, o espaço urbano é um espaço interessante a ser aproveitado, e aquela questão de sustentabilidade, e então você consegue integrar nos próprios consumidores, que consegue entregar o produto no próprio local da percepção, um produto de qualidade, com custo baixo.* Pesquisadora Beta, relata que “quando procura, visita orientação, alguma coisa que a gente tem de material”, são atendimentos mais pontuais.

O apoio e conhecimento por parte do poder público sobre as práticas agrícolas em ambiente urbano é de suma importância, pois propicia uma maior segurança sobre a forma de acesso e qualidade de alimentos. Práticas como a desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Campos Novos – SC, onde ocorre a aquisição de trailers, conforme representada na Imagem 21, para que os produtores sem distinguir rural e urbano pudessem comercializar seus produtos orgânicos, fez com que o consumo de alimentos saudáveis fosse mais acessível e ocorresse um estreitamento entre relação produção e consumo. Para o produtor isso teve como consequência agregar mais valor ao seu produto. Para o pesquisador Delta a “...*qualidade dos alimentos que são produzidos, mas normalmente o agricultor local, usa bem menos agroquímico, do que o em larga escala*”.

Imagem 21 - Trailers da Agricultura Familiar em Campos Novos - SC



Fonte: trailers agricultura familiar (2018)

Está prática representada na imagem 21, teve a duração de poucos meses, não se sabendo se esse insucesso ocorreu pela falta de interesse por parte dos produtores ou se pela falta de conhecimento dos benefícios de uma alimentação saudável, por parte da população. Para o pesquisador Delta a entidade de pesquisa e extensão rural deveria dar uma atenção especial às práticas de agricultura urbana, em sua opinião não deveria existir a distinção entre urbano e rural, por se tratar de uma instituição pública.

A preocupação com o desenvolvimento da agricultura em um todo, faz com que seja pensado no entendimento de aproveitamento do uso de solo, faz com que o ambiente urbano se torne mais sustentável, integrando consumidores e produtores. O incentivo à produção local faz com que os produtos sejam de alta qualidade nutricional, com um baixo custo para a população que a produz.

Para Machado e Machado (2002), inúmeros são os exemplos de projetos e hortas comunitárias que auxiliam e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da população. Os projetos desenvolvidos de forma como apoio social e de subsistência em centros urbanos propicia o contato direto com o produto na sua forma *in natura*.

Para Lucena (2014), a busca por modelos alternativos de produção ocorre devido a necessidade de modelos alternativos de produção agrícola. Pensando em um futuro com escassez de água e na indisponibilidade de terras produtivas. Mas um dos fatores relevantes está embasado na necessidade da garantia de acesso para alimentos nutricionalmente saudáveis, tomando esse fator como base foi-se necessário questionar a entidade sobre qual o papel que a agricultura urbana exerce no cotidiano da população do oeste catarinense. Para ambos pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural as práticas de agricultura urbana possuem um papel importante, veem como as atividades com um cunho econômico no auxílio à geração de renda e redução dos custos das famílias, onde elas conseguem saber a procedência e forma de cultivo do que estão consumindo.

Uma outra questão que vale à pena ser abordada corresponde ao fator social que o desenvolvimentos dessas práticas agrícolas urbanos para o pesquisador Delta: *“funciona como um terapia ocupacional, então você imagina hoje até uma pessoa desempregada, pode se torna (sic) até uma fonte de renda, e uma pessoa que está por exemplo aposentada, isso é uma terapia imensurável, algo que proporciona o bem estar das pessoas”*. O papel do desenvolvimento da agricultura nas escolas por meio

da criação de um componente curricular ligado a produção agrícola, não possui somente um papel de ensinar como se planta ou até mesmo despertar os olhares, mas principalmente o apoio a esses programas possui um papel importante para fazer com essas crianças e adolescentes criem um “...adquira o amor a terra”.

4.6.1 Relevância da AU na visão da entidade de pesquisa e extensão

O estudo sobre o tema agricultura urbana, proporciona várias reflexões acerca da sua relevância. Ao se pensar em uma forma de manutenção da sustentabilidade das cidades, a AU é considerada como uma das práticas agroalimentares saudáveis, tendo sua contribuição para uma existência digna e no desenvolvimento humanístico da população urbana. A conservação e desenvolvimento urbana e utilização de espaços de forma produtiva com baixo custo (MOGEOUT, 2000).

Ao ser questionado aos entrevistados da EPAGRI Chapecó e Campos Novos – SC, sobre o quesito de que se o “Estudo realizado nesta dissertação” é relevante para a região, nos deparamos com os seguintes pontos de vista:

- **Pesquisadora Beta:** A entrevistada afirma que acredita ser importante, pois trata-se de “*é uma coisa que tem que ser pensado*”, enfatiza a sua importância para cidades no estilo e porte de Chapecó. Ainda relata que mesmo que não seja desenvolvido ou trabalhado pela EPAGRI, mas precisa sim ser pensado e estudado sobre o tema.
- **Pesquisador Delta:** Para o entrevistado não é um tema de estudo relevante neste momento, pois esbarra no limite de pessoas que a entidade possui. Em sua opinião não deve ser tratado como um trabalho como um atendimento pontual, mas sim um trabalho que requer uma “*deveria ter uma dedicação semanal. A importância enquanto empresa, ela reconhece a importância, mas não tem profissionais*”. Em relação a pesquisadores da acadêmica o entrevistado apresenta um discurso onde considera a AU como uma tendência do mercado consumidor.

Tendência que o pesquisador Delta vivencia, tanto quanto pesquisador da entidade de pesquisa e extensão rural como quanto profissional, é a busca por parte dos agricultores de uma forma geral por cursos e capacitações sobre agroecologia e outro ponto de vista abordado consiste na escrita de alguns colegas dentro da

entidade de pesquisa e extensão rural, sobre as Panc's, que parte deste mesmo conceito de cultura natural.

4.6.2 Sustentabilidade da AU no ponto de vista da entidade de pesquisa e extensão rural

A agricultura urbana quando considerada como uma atividade econômica, está relacionada com a forma de produção, processamento e comercialização dos produtos oriundos das atividades agrícolas em seu meio urbano (LUCENA, 2014). Embora ocorra a existência de classes sociais distintas no meio urbano e periurbano, a atividade de produção pelos agricultores com finalidade econômica não está restrita a somente uma classe, mas sim ao direcionamento de produção para atendimento dos nichos de mercado (COUTINHO, 2007).

Na tentativa de identificar a relevância econômica atribuída a AU na visão e interpretação da entidade de pesquisa e extensão rural, questionou-se o fator econômico e em relação a geração de renda. Para a pesquisadora Beta da entidade de pesquisa e extensão rural de Chapecó entende na produção urbana destinada para consumo no qual os produtores não têm uma real noção da renda que pode ser gerada pelas vendas dos excedentes do consumo da sua produção. O pesquisador Delta apresentou um discurso mais otimista, afirmando que a agricultura urbana é um tema que tem um potencial de crescimento, *“teria um potencial grande pro (sic) auto abastecimento, a economia seria das famílias que estão produzindo.”*

A produção em ambiente urbano consiste em um reflexo na geração de renda das famílias envolvidas e conseqüentemente na redução de custos de subsistência. Para os entrevistados além de um impacto econômico ocorre um impacto social mais significativo, para o pesquisador Delta *“a questão ocupacional de formação das crianças, dos jovens, reflete num impacto social, pra mim a importância é muito maior do impacto social, do que economicamente.”*

O papel que poderia ser desenvolvido pela AU nas escolas é um dos temas abordados pela pesquisadora Beta, em seu relato apresenta a preocupação em ensinar as gerações futuras. Mas devida às normas da rede estadual de ensino, *“o problema é que aí você não pode pegar na horta nem o tempero, porque a merenda vem pronta. Eles reclamam muito, porque antigamente eles produziam, as crianças*

aprendiam a produzir, e se consumia. Hoje eles produzem e tem que vender, ou as crianças levar pra casa, mas que se perdeu isso da produção pro (sic) consumo”.

A questão ambiental envolvida com o desenvolvimento das hortas em perímetro urbano é considerada como algo importante e como um fator favorável para o desenvolvimento das práticas agrícolas em ambiente urbano. Mas esse impacto ambiental será atingido na percepção do pesquisador Delta quando “...*ela tem uma relação direta, porque ela tem que seguir uma linha da produção agroecológica, então isto, é um reflexo de que além de não usar agroquímicos no meio urbano, que nem é possível. Vai produzir um alimento de maior qualidade pro consumidor, se as pessoas têm um imóvel em área agroecológica, isso vai ter até um reflexo. Ela tem uma importância urbana ambiental nesse sentido, e conseqüentemente vai irradiar até pra produtores rurais”.*

4.7 DESAFIOS E O FUTURO DA AU PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NO PONTO DE VISTA DA ENTIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL E DOS PRODUTORES URBANOS

A segurança foi um dos temas abordados aos entrevistados da entidade de pesquisa e extensão. Quando se pensa em segurança alimentar ligado ao papel da agricultura urbana, deve ser levada em consideração dois pontos importantes, o acesso ao alimento em quantidade suficiente para uma qualidade de vida da população e a qualidade do alimento oferecido (BARRETT, 2010).

Para o pesquisador Delta a questão de segurança alimentar é um tanto quanto abrangente, pois ele vê além de rural ou urbano, trata-a mais como “*uma ferramenta mais do meio rural e do que meio urbano*”. Considera o papel da entidade em como o de estimular a produção em pequena escala independente qual o meio onde for desenvolvida.

O pesquisador Delta vê a agricultura urbana, como uma forma de acesso alimentação saudável, segundo o seu relato a entidade vê a agricultura urbana desta forma. Porém, “*só que dentro do limite de programa institucional, por não ter profissionais pra atender no meio urbano*”. Segundo a FAO (2010), o termo segurança alimentar consiste na garantia de que todas as pessoas, independentemente de sua condição social e econômica possam ter acesso a alimentos saudáveis e nutricionalmente adequados.

Para a pesquisadora Beta a produção urbana está ligada a satisfação pessoal, *“eu penso na minha opinião isso é, a gente tem que pensar a produzir o próprio alimento, e a satisfação, não só consumo e gasto, eu produzindo na minha horta, eu usei pneus pra fazer, é satisfação pessoal.* Para Deelstra & Girard (2000), a agricultura urbana apresenta um papel de grande relevância na forma de ver o alimento, na forma de conservar o solo e principalmente na forma como a população se alimenta.

As perspectivas de futuro e desafios que para a agricultura urbana na região oeste catarinense e até mesmo o Brasil como um todo para a entidade está ligado as dificuldades de trabalho e atendimento da entidade de extensão e pesquisa rural. Para a pesquisadora Beta a entidade não possui um programa de atendimento e as práticas urbanas não fazem parte da atual diretriz para atendimentos e pesquisa, *“ o que fazemos atendimento ao agricultor normal (rural)”*. A entrevistada sugeriu que entrasse em contato com a gerência em Florianópolis, sobre os detalhes da forma de elaboração das diretrizes, porém esse contato não teve sucesso, já que a gerência não aceitou participar deste estudo.

Em um ponto de vista que vai de encontro com o relato apresentado pelos pesquisadores, pois para eles os desafios a serem enfrentadas pela agricultura urbana não sejam técnicas para se produzir em ambiente urbano, mas como desafios *“é de ordem de capacidade de atendimento, profissionais que possam desenvolver trabalhos”*. A perspectiva de futuro que o pesquisador Delta apresenta é de forma de uma *“visão pessoal”*, considera que existe um futuro e uma tendência de crescimento. Mas este crescimento é lento, pois este crescimento depende da força de demanda da sociedade. A tendência natural do consumo, está migrando para a exigência de alimentos saudáveis a curto prazo. O pesquisador Delta considera o seguinte cenário *“como empresa estatal, ela é o reflexo da sociedade. Tudo depende da pressão, se os consumidores, pressionam (sic) os meios políticos, que é importante desenvolver, naturalmente ela vai incluir nas diretrizes.*

O quesito segurança alimentar na visão dos produtores, é algo relevante. Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, bem como as limitações em relação ao apoio da população e das entidades públicas, para os produtores é um campo que tem muita perspectiva de crescimento. O relato de produção é otimista quando se fala em futuro. A produtora G relata sobre a segurança alimentar no seguinte sentido: *“a produção orgânica por ser livre de agrotóxicos, adubação química e não utilizar nenhum aditivo sintético, tem um papel importante na promoção da qualidade dos*

alimentos”, em sua visão é uma tendência de consumo. Os consumidores estão buscando alimentar-se de uma forma mais correta e saudável.

Os produtores entrevistados ainda relacionam a sua forma de produção como algo com tendência de crescimento. O produtor F em sua visita relatou que o padrão de consumo da região é fator que limita, pois, a população busca alimentos com um tamanho maior e quando menor o pé de alface, mais nutritivo ele se torna. Porém esse fator acontece devido ao baixo consumo verduras, já que um pé de alface no tamanho grande, é consumido na semana toda.

O produtor B apresenta que um dos fatores determinantes para a criação da horta comunitária, era a de produzir um leque variado de produtos e ainda de forma orgânica. Tal exigência, fez com que a horta conseguisse atingir um público consumidor não só dos moradores do bairro, mas também dos moradores que outros bairros que procuram por alimentos saudáveis.

No dia 19 de junho de 2018 foi aprovada a lei 17.533 institui a política estadual de apoio à agricultura urbana, pode dar a AU e segurança alimentar uma nova forma de visão para os órgãos públicos. Esta lei contempla em seu art. 1º: Fica instituída a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, voltada à promoção da segurança alimentar e nutricional e da melhoria da renda e qualidade de vida da população-alvo a que se destina.

No contexto estadual a instituição de uma lei voltado ao apoio e desenvolvimento é um passo grande para que a agricultura urbana se solidifique como uma prática viável e sustentável para a garantia de segurança alimentar. Na Lei 17.533 de 19 de junho de 2018 em seu art. 1º parágrafo único temos a seguinte redação:

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, são consideradas agricultura urbana as atividades de lavoura, de cultivo de flores, plantas medicinais e espécies frutíferas, de extrativismo vegetal, de produção de mudas, de gestão de resíduos orgânicos e de produção artesanal de alimentos para o consumo humano desenvolvidas em áreas urbanas e de acordo com o Plano Diretor do Município.

O estabelecimento de diretrizes para quais atividades podem ser consideradas como atividade de agricultura urbana, fará com que os municípios comecem a pensar na reutilização do solo e o apoio a essas práticas. O pesquisador Delta em seu relato sobre a sua visita a Cuba, descreve que o que diferencia o desenvolvimento da

agricultura urbana no Brasil e em Cuba é de que “*eles passaram por crises alimentares mais sérias, então se obrigaram a essa alternativa*”. Para o entrevistado B o Brasil desde 1950 copiou o modelo americano de produção “*é um modelo de uso de muitos insumos na agricultura, mecanização pesada, por isso que no Brasil, seguiu a mesma linha dos americanos, de esse modelo de agricultura de alto input, muito insumo, é cara, gasta muito energia e não se sustenta no tempo*”.

A lei estadual 17.533 em seu art. 2º estabelece como objetivos da política estadual de apoio à agricultura urbana:

- I - contribuir com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- II - combater a fome;
- III - incentivar a produção de alimentos saudáveis por meio de práticas agrícolas sustentáveis;
- IV - incentivar a geração de emprego e renda;
- V - promover a inclusão social;
- VI - incentivar o associativismo; e
- VII - incentivar a venda direta do produtor ao consumidor.

Tais objetivos traçados fazem com que ocorra um incentivo e uma perspectiva de futuro para as práticas. Muitos dos relatos dos produtores entrevistados, poderão ser sanados e terão um apoio do poder público. Este apoio deverá ser relacionado diretamente ao crescimento de suas atividades e forma de oferta e procura dos produtos aqui produzidos.

A pesquisa realizada junto aos produtores urbanos identificados e apresentados nesta dissertação, bem como as entrevistas dos pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural, vem de encontro com as iniciativas da população enquanto consumidores e entidades públicas para soluções a problemas desencadeados pelo desenvolvimento urbano. As práticas de agricultura urbana e periurbanas apresentam alternativas para o desenvolvimento urbano de forma sustentável, bem como um processo *continuum rural urbano*.

A contribuição que esta pesquisa apresenta consiste em demonstrar uma análise da realidade vivenciada pelos produtores urbanos e os pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural na região Oeste catarinense. A aplicação desta pesquisa ocorre na sua utilização como um fator de relevância sociocultural, socioambiental e socioeconômico. As dificuldades e considerações podem ser levadas em consideração na elaboração de diretrizes de pesquisas, para aplicação de recursos para o desenvolvimento de práticas ligadas a segurança alimentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afim de esboçar as considerações finais dessa pesquisa, serão retomados os principais objetivos abordados na dissertação em função de suas conclusões gerais. Bem como algumas proposições e indicações para estudos futuros.

Dessa maneira buscou-se identificar de que maneira a agricultura urbana e periurbana está sendo desenvolvida no Oeste catarinense e como está pode auxiliar para a segurança alimentar, talvez tenha se seja um dos pontos mais intrigantes da pesquisa para a agronegócio. Sem dúvida as visitas e entrevistas realizadas junto aos produtores propiciou uma aproximação e conhecimento das vivências enfrentadas pelos produtores urbanos. Uma prática que até então é considera importante perante aos pesquisadores Beta e Delta, para o pesquisador Delta: “*teria um potencial grande pro (sic) auto abastecimento, a economia seria das famílias que estão produzindo*”, mas que ainda não consta nas diretrizes de trabalho e atendimento da entidade de pesquisa e extensão rural.

Um ponto a salientar no desenvolvimento desta pesquisa consiste na identificação das atividades de agricultura urbana e periurbana existentes no Oeste catarinense. Neste quesito ocorre uma dificuldade inicial na localização dos produtores existentes, na entidade de pesquisa e extensão rural não ocorre uma diferenciação entre produtores rurais e urbanos. As atividades urbanas identificadas foram selecionadas relacionando-se a produção de alimentos de forma comercial para que fosse possível analisar a questão relacionada a segurança alimentar.

A AU e AP que vem sendo desenvolvida na região Oeste de Santa Catarina, pode ser considerada como ambientes rurais que se tornaram urbanos, como no caso do produtor A localizado no bairro Efapi em Chapecó. Caso produtor entrevistado possui uma peculiaridade relacionada a sua forma de produção e forma de comercialização, ou seja, cada um trabalha em um nicho de mercado diferente.

Pode-se também dizer que os produtores menores, que produzem em menor escala, como no caso do produtor B, D e G, são os produtores que produzem de forma orgânica. Para esses produtores, este foi a maneira de conseguir permanecer no mercado, pois, a comercialização destinada a rede supermercadista exige uma produção em maior escala, bem como a reposição e coleta das verduras não vendidas. Com base nesta determinante o produtor C atinge um outro público, produz para atender aos restaurantes industriais, tal forma de comercialização vem de

encontro ao pensamento existe na distribuidora de frutas que é de posse do mesmo proprietário, que tem como forma de reaproveitamento de alimentos na forma de processamento.

Evidencia-se também a migração da forma de produção de hortaliças para o sistema hidropônico como nos casos dos produtores E e F, no qual exigiu um alto investimento e principalmente vários cursos de aperfeiçoamento, para conseguir dominar essa forma de produção. Esses produtos comercializados segundo os produtores E e F, tem a preferência do consumidor, por ser mais limpo e ter um sabor diferenciado.

Os produtores entrevistados fizeram o apontamento das dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, dentre elas a mais marcante está relacionada a falta de estrutura dos órgãos públicos. A falta de atendimento e orientação relacionados não limitam a sua produção, pois demonstraram profunda busca de conhecimento e novas técnicas dentre eles cursos em capitais como Florianópolis – SC e São Paulo – SC como apontados pelos produtores E e F.

A AU e AP do ponto de vista da entidade de pesquisa e extensão rural, aponta-se a dificuldade de atendimento e orientação, já que conta com um número efetivo de colaboradores reduzido, conforme aponta o pesquisador Delta: *“por falta de gente, não tem um programa estadual, mas nossos técnicos da extensão rural, eles são demandados pra atender. Então os técnicos prestam assessoria, mas são trabalhos pontuais, não é um programa. Atendimento de demandas”*. Outro apontamento relevante que deve ser considerado como uma determinante para o atendimento quando acontece ser somente pontual, é de que as práticas de AU não serem contempladas nas diretrizes anuais de atendimento, a pesquisadora Beta relata que: *“não tem nada específico. Na procura a gente vai, e visita alguém, encaminha, mas não tem, não existe um programa específico”*.

Outro ponto importante a ser considerado como um fator que limita o crescimento dos produtores entrevistados e até mesmo da AU como um todo, está relacionado com a mão de obra. Este quesito é relacionado como um fator limitante de crescimento para os produtores como apontados no texto pelos produtores A e C, e um fator considerado como limitante para os produtores F. A questão relacionada a mão de obra ainda causou nos produtores D e H uma redução na área produzida.

No que tange as questões relacionados ao quesito socioambiental os produtores preocupam-se em de alguma forma cuidar do meio ambiente. As formas

de precauções para a redução dos impactos ambientais são as mais variadas, desde a coleta de água da chuva, o cuidado com as nascentes, a reutilização das sobras de produção como adubo e até o cuidado com a utilização de agrotóxicos.

Ao relacionar a AU ao viés de segurança alimentar, identifica-se uma certa preocupação, com relação a forma com que se desenvolveu no Brasil, o pesquisador Delta que conheceu em 2003 a forma de produção em Cuba, estabelece que: *“Cuba até com o limite de energia, com os limites, o lema deles é produzir onde se consome, o próprio pessoal, compra lá no produtor, entrega de charrete, bicicleta, e aí fica muito mais sustentável”*. Os produtores entrevistados que produzem de forma orgânica, consideram sua atividade de extrema importância, por disponibilizarem alimentos altamente nutritivos e altamente saudáveis. O pesquisador F em sua fala trata a AU relacionada a produção agroecológica, diz que: *“...ela tem uma relação direta, porque ela tem que seguir uma linha da produção agroecológica, então isto, é um reflexo de que além de não usar agroquímicos no meio urbano, que nem é possível. Vai produzir um alimento de maior qualidade pro consumidor, se as pessoas têm um imóvel em área agroecológica, isso vai ter até um reflexo. Ela tem uma importância urbana ambiental nesse sentido, e conseqüentemente vai irradiar até pra produtores rurais”*.

A AU para os pesquisadores apresenta um potencial de crescimento, tanto como atividade comercial quanto na função produção de ao consumo, o pesquisador Delta diz que: *“teria um potencial grande pro (sic) auto abastecimento, a economia seria das famílias que estão produzindo.”* A pesquisadora Beta, apresenta sua fala voltada ao desenvolvimento no tema nas escolas, relata sobre o ensinar a produzir, porém trata como limitante em sua fala a: *“o problema é que aí você não pode pegar na horta nem o tempero, porque a merenda vem pronta. Eles reclamam muito, porque antigamente eles produziam, as crianças aprendiam a produzir, e se consumia”*.

Um fator de reflexo positivo que a AU propicia na visão do pesquisador Delta está relacionado a questão social e redução do custo de subsistência familiar. A pesquisadora Beta relaciona a AU urbana como um fator de satisfação pessoal, em se produzir o que consome e ainda conhecer a origem desse alimento.

A AU e AP na região Oeste catarinense, está acontecendo de forma como uma extensão do perímetro rural, causado pelo crescimento dos centros urbanos, bem como a origem da população urbana e a sua ligação com o meio rural. A teoria de dicotomia rural urbana no processo *continuum* rural-urbano, trata como a imagem de que o rural deve ser desenvolvido e urbanizado, não devendo ser superado (FREIRE;

RAMOS, 2014). O entender o processo de urbanização do Oeste catarinense, pode auxiliar no desenvolvimento da AU, visto que é uma prática que está retornando ao cotidiano da população. Para o pesquisador Delta a relação de segurança alimentar neste momento possui um papel mais relevante da produção de origem rural. Porém aponta a entidade de pesquisa e extensão como uma das responsáveis pelo estímulo e suporte das atividades de AU.

A aprovação da Lei estadual 17.533 que estabelece o apoio e desenvolvimento da AU voltada para a promoção da segurança alimentar, obriga ao estado e aos municípios o pensamento de suas cidades voltadas ao desenvolvimento e atendimento dessas práticas. A dificuldade relacionada a falta de estrutura dos órgãos públicos apresentadas pelos produtores e os quesitos apresentados pelos pesquisadores da entidade de pesquisa e extensão rural com relação ao quadro de pessoas estar reduzido e o tema AU não fazer parte das diretrizes e a práticas de AU não fazerem parte das diretrizes de atendimento, traz uma reflexão sobre uma possível solução? Está é uma das questões que irão merecer uma atenção e um estudo futuro, quando está lei estiver realmente sendo aplicada.

Essa dissertação possui aplicação no contexto do agronegócio em uma perspectiva de segurança alimentar, para a população urbana e periurbana. O tema abordado AU e AP ainda possui um vasto campo para estudo e aplicações na região Oeste catarinense. A preocupação com o futuro alimentar e econômico da população juntamente com a criação da Lei Estadual que estabelece apoio para o desenvolvimento de práticas de agricultura nas cidades, transfere aos municípios a responsabilidade sobre a forma com que será desenvolvida bem como a assistência que os produtores urbanos deveriam receber.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABREU, C. **Desenvolvimento da sustentabilidade e a Agricultura moderna**. São Paulo: Embrapa, 2008.
- ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.
- ALMEIDA, D. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-7-Agricultura-urbana-e-seguran%C3%A7a-alimentar-em-Belo-Horizonte-cultivando-uma-cidade-sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018
- AMADO, N. B.; SAUER, I. L. **Observations on Perpetual economic Growth. Texto para Discussão**. PPGE/IEE-USP, 2010
- AQUINO, A. M de. **Agricultura urbana de Cuba: análise de alguns aspectos técnicos**. Série Documento N0 160, Embrapa Agrobiologia, 2002. 25 p. Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAB-2010/27436/1/doc160.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018
- ARGENTI, O. **Alimentar as Cidades. Um desafio para as cidades e autoridades locais**. Coleção alimentar as Cidades, DT/40-99E, Roma: FAO, 1999.
- ARRUDA, J.; ARRAES, N. A. M. **Análise do Programa de Hortas Comunitárias em Campinas-SP**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 9, n. 1, p. 38-52, 2007.
- ASSIS, R. L. de. **Agroecologia: diferentes entendimentos e encaminhamentos a partir de uma abordagem histórica**. In: ARAÚJO, J. B. S.; FONSECA, M. F. de A. C. (Ed.). *Agroecologia e Agricultura Orgânica: cenários, atores, limites e desafios – uma contribuição do CONSEPA*. Vitória: CONSEPA, 2004. p. 23-45.
- BARNIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1977.
- BARRET, C.B., 2010. **Measuring food insecurity**. Science 327, 825-828.
- BECKER, D. F. (Org) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 3. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- BRASIL. **Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar. 1994.

BOFF, L. **Ecologia - Grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

BOUKHARAEVA, M.L.; et. al. **Agricultura Urbana Como Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. v. 22, n. 2, p. 413-425. 2005

BOYLE, D. **Local Economics and Co-production**. *Development, Cambridge*, v. 53, 2010. Disponível em: <<http://www.lipse.org/userfiles/uploads/Co-creation%20and%20Co-production%20in%20Social%20Innovation%20-%20a%20Systematic%20Review%20and%20Research%20Agenda,%20Voorberg,%20Bekkers%20&%20Tummers.pdf>>. Acesso em 31 mai. 2016.

CAMPOS NOVOS. **Campos Novos cria projeto piloto no país – Trailers da agricultura familiar**. 2018. Disponível em: <http://www.camposnovos.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/6494/codNoticia/471983>. Acesso em: 01 jun. 2018

CAMPOS, S. et al. **Evolução do uso da terra entre 1996 e 1999 no município de Botucatu-SP**. Eng. Agríc. [on line]. 2004, vol.24, n.1, pp.211-218. ISSN 1809-4430. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69162004000100024>>. Acesso em 31 mai. 2016.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, A. F. et. al. **Agricultura urbana: alternativa de segurança alimentar e geração de renda**. Viçosa: 2004.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2004
CEPA. Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola. **Números da agropecuária catarinense, 2014/2015**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2015.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMASSETO, B. H. et al. **Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: a agricultura urbana**. Revista de Administração de Empresas, v. 53, n. 4, p. 364-375, 2013

COSTA, C. G. A. et al. **Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2015, vol.20, n.10, pp.3099-3110. ISSN 1678-4561. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152010.00352015>>. Acesso em 31 mai. 2016.

COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: Análise e Reflexão Sobre os Marcos Legais e Normativos do Município de Belo Horizonte**. 113 p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Cursos de Geografia, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DAL SASSO, P.; CALLIANDRO, L.P. **The role of historical agro-industrial buildings in the study of rural territory**. Landscape and Urban Planning, Amsterdam – HOL, v. 96, n.3, p. 146-162, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169500200808429>>. Acesso: 30 set. 2017.

DEELSTRA, T. GIRARDET. H. **Urban agriculture and sustainable cities**. In: BAKKER, M., DUBBELING, M., SABEL-KOSCHELLA, U, ZEEUW, H. (Eds.). Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda. DSE, Feldafing, Germany. ISBN. 3-934068-25-1, p43-65,2000. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/annotated_bibliography.pdf>. Acesso: 15 de set. 2017.

DENZIL, NK., LINCOLN YS. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2006.

DESPOMMIER, D. **A Farm on Every Floor**. The New York Times, New York, 3 p. 2009.

DIAS, J. A. B. **Produção de plantas medicinais e agricultura urbana**. Horticultura Brasileira, Brasília: v. 18, p. 140-143, 2000.

DORNELES, S. B. **Estudo de caso sobre uma organização autogestionária: como ocorre a adaptação da COOMEC em uma sociedade capitalista**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direção de Organizações). Universidad Del Museo Social Argentino, Buenos Aires: Argentina, 2002.

FAO. **Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade**. 2010. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/textos/AUPenALC-BrochureIPES_FAO-portugues_low.pdf>. Acesso: 02 out. 2017.

FAO. **Issues in urban agriculture** – Studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involve in farming. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/magazine/9901ap2.htm>. Acesso: 31 mai. 2016.

FAO. **Majoraty of people live in cities by 2005**. Diponível em: <http://www.fao.org/NEWS/FACTFILE/FF9811-ETML>. Acesso: 31 mai. 2016.

FAO-SOFA. **The state of food and agriculture**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO. Roma: 1998.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. **Agricultura Urbana: Discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial.** Revista de geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v.24, n. 2, p.6-23, maio/agosto 2007.

FREIRE, M. e RAMOS, I. **Solo agrícola e agricultura em espaço urbano: dinâmicas. O exemplo de Évora.** GOT [online]. 2014, n.6, pp.113-134. ISSN 2182-1267. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17127/got/2014.6.008>>. Acesso: 31 mai. 2016.

FRITZ, K. B. B.; WAQUIL, P. D.; FRITZ FILHO, L. F. **A insegurança alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica.** Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 26, p. 41-78, 2014.

FUJITA, C. **Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil.** Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) FAUUSP, São Paulo: 2008.

GEORGI, J. L. **Inovation, competition, and growth: Schumpeterian ideas within a Hicksian framework.** Journal of Evolutionary Economics, New York, 2008. Disponível em: <http://www.deu.edu.tr/userweb/sedef.akgungor/dosyalar/evolutionary%20economics.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016

GEORGI, J. N.; DIMITRIOU, D. **The contribution of urban green spaces to the improvement of environment in cities: Case study of Chania, Greece.** Building and Environment, Atenas – GRE, v. 45, n. 6, p. 1401-1414, 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/4820319/The_contribution_of_urban_green_spaces_to_the_improvement_of_environment_in_cities_Case_study_of_Chania_Greece>. Acesso em: 30 set. 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n.3, p. 20 - 29, 1995.

GOULARTI, J. G. (2014) **Desenvolvimento desigual: incentivos fiscais e acumulações em Santa Catarina.** Florianópolis (SC): Ed. Insular, 192p.

GRANZIERA, M. L. M. **Meio ambiente urbano, regularização fundiária e sustentabilidade.** 2010. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/imagens/MEIOAMBIENTEURBANOREGULARIZAcAOfUNDIARIA.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

HADDAD-KESSOUS, M.; SABROU, J. **Analyse, d'une agriculture periurbaine au Brésil: Cas de lá Region Metropolitane Nord de lá Ville de Recife Capitale de**

l'état Du Pernanbuco et Metropole de lá Region Nordeste. Disponível em: <www.incra.gov.br/fao/Agriculture%20Periurbaine.zip>. Acesso em: 20 set. 2017.

HANDARA, M.A.; QURESHI, M. E. **Global water crisis and future food security in an of climate change.** Food policy, Guildford, v. 35, n. 5, p. 365-377, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2096e/i2096e.pdf>>. Acesso: 30 set. 2017.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA. **Mesorregião do Oeste Catarinense.** 2016. Disponível em: <https://sanderlei.com.br/EDUCACIONAL/SC-Santa-Catarina-Historia-Geografia/15-Mesorregiao-do-Oeste-Catarinense>. Acesso em: 31 mar. 2017

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KAYSER, Bernard. *La Renaissance Rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental.* Paris: Armand Colin, 1990.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_Resenha_Lefebvre.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

LEMOS, N. S. **Marcos legais e agricultura urbana no contexto da cidade sustentável.** Monografia (Especialização) – FAU/UnB, Brasília, 2012.

LOCATEL, C. D. Da dicotomia rural-urbana à urbanização do território no Brasil. **Mercator, Fortaleza,** v. 12, n. 2. p. 85-102, set-2013. Disponível em: <www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1176/498>. Acesso: 03 de out. 2017.

LORENZO, X. A. et. al. **La agricultura urbana en lá ciudad de Cienfuegos: ejes estratégicos en pos de lá sostenibilidad agrícola.** Rev Nov Pob, La Habana, v. 11, n. 22, dic. 2015. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1817-40782015000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2016.

LUCENA, L. P. et al. **Avaliação Multicriterial das fazendas verticais canadenses como modelos sustentáveis de agricultura urbana.** Revista de Administração e Inovação, v. 11, n. 1, p. 181-202, 2014.

LUCENA, L. P. et al. **Fazenda Vertical: Um modelo de planejamento urbano sustentável para a cidade de Porto Alegre – RS por meio do agronegócio.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E

SOCIOLOGIA E RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: s.n p.17. disponível em: <<http://www.sober.org.br/congresso2011/>>. Acesso: 15 set. 2017.

LUCENA, L. P. **Fazendas Verticais podem solucionar centros degradados de metrópoles.** Revista Exame, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/conheca-a-fazenda-vertical-do-futuro-da-coreia-do-sul>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MACHADO, A. T. Agricultura Urbana/ Altair Toledo Machado, Cynthia Torres de Toledo Machado. – Planaltina, DF : Embrapa, 2002. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap8ID-pnzxpPBUJz.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MADALENO, I. M. **Agricultura urbana em Presidente Prudente.** Revista Geonotas. Maringa: v 5, n.3, Jul/Ago/Set 2001.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, M. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra livre: Geografia, movimentos sociais e teoria. São Paulo: ano 18, n.19, p. 95-112, jul./dez 2002

MARQUES, M.; COSTA, C. **Implementação de Centro de Referencias Local em Segurança Alimentar e Nutricional.** São Paulo: Instituto Polis, 2005.

MONTEIRO, A. V. V. M. **Agricultura Urbana e Periurbana: questões e perspectivas.** Informações econômicas, São Paulo: v.32, n.6, jun. 2002.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potential and risks.** In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). **Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política.** Feldafing: DSE, 2000. p. 1-42.

MUMFORD, L. **A cultura das cidades.** Ed. Itatiaia, 1961 – A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas (2 vols.), Ed Itatiaia, 1965.

NEWMAN, P.; JENNINGS, I. **Ecocities as sustainable ecosystems: Principles and practices.** Island Press: Washington, D.C. 2008.

NOLASCO, C. L. **A agricultura urbana no desenvolvimento sustentável dos municípios.** 166 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso em Gestão Ambiental em Municípios, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

OLIVEIRA, L. D. S.; LIMA-FILHO, D. O. **Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 59, art. 47, p. 1-20, 2011.

ORO, M. I. **Interação dos sistemas de controle gerencial com a estratégia e o desempenho organizacional em empresa familiar**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC: 2015.

PAULINO, S. M. I.; SCHMIDT, W. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003., S. R. **Introdução à Agricultura Orgânica: Normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110 p.

PORTAL BRASIL, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/ibge-pais-migrou-para-o-interior-e-urbanizacao-ja-atinge-80-da-populacao>>. Acesso em: 25 set. 2017.

REMY, J.; VOYE, L. **La ciudad y lá urbanizacion**. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1976.

RIBEIRO, S M; BOGUS, C. M. and WATANABE, H A. W. **Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde**. *Saude soc.* [online]. 2015, vol.24, n.2, pp.730-743. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>>. Acesso: 25 set. 2017.

ROCHA, J, S, M da et al. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: UFSM, 1991.

ROMANO, J. **Pobreza: o problema e a construção de soluções**. *Agriculturas*, v. 5, n.4, dezembro de 2008.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. O. **As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.187-204.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 2000.

SAMPAIO, S. M. V. D.; GUIMARÃES, L. B. Educação Ambiental: tecendo trilhas, escriturando territórios. **Educação em Revista**, Rio de Janeiro, v. 25, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/17.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

SANTA CATARINA. Lei 17.533, de 19 de junho de 2018. Institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e estabelece outras providências. **Assembleia legislativa Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 19. jun. 2018. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17533-2018-santa-catarina-institui-a-politica-estadual-de-apoio-a-agricultura-urbana-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed São Paulo: HUCITEC, 1993, p. 157.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. Sao Paulo: HUCITEC, 1978.

SARACENO, E. **Il concetto di ruralità: problemi di definizione sus cala europea. In: Sviluppo nelle aree rurali: Metodi di analisi e politiche di intervento**. Roma, 30 de outubro de 1996. Disponível em: <www.inea.it/eventi/rural.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, G. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. São Paulo: PUC, 2000. Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

SMITH, B.; HAID, S. **The rural-urban connection: growing together in Vancouver**. Plan Spring/Pritemps, Vancouver – CAN, v. 2004, p. 36-39, 2004.

SMITH, J.; RATA, A.; NASSR, J. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 1996. 302 p. (Publication Series for Habitat II, v. 1). Disponível em: <<https://www2.gov.bc.ca/gov/content/industry/agriculture-seafood/agricultural-land-and-environment>>. Acesso em: 01 out. 2017.

SPOTLIGHT. **Urban food marketing**. FAO Newsletter. Rome, 1999.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAHIM, E. F. and ARAUJO JUNIOR, Inácio Fernandes de. **A carcinicultura do nordeste brasileiro e sua inserção em cadeias globais de produção: foco nos APLs do Ceará**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, n.3, pp.567-586. ISSN 0103.003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000300009>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

TERRILE, R.; MARIANI, S.; DUBBELING, M. Análisis de Políticas Públicas de Agricultura Urbana en Camilo Aldao (Argentina) en el Marco de un Desarrollo Local Sustentable: Agricultura Urbana y Alimentación de las Ciudades de América Latina y el Caribe. PROGRAMA DE GESTION URBANA PGU ALC/HABITAT – PNUCIDRCCFPIPIES, 2000.

TESTA, V. M.; et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1993, p. 247.

VALENTE, F.; FRANCESCHINI, T.; BURITY, V. **A exigibilidade do direito humano à alimentação adequada**. Brasília: Abrandh, dezembro, 2007

VIEIRA, S. **Como elaborar Questionários**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VERGARA, L. A. E. **Globalización neoliberal y los cambios de una ciudad pequeña: el caso de Angol, Chile**. *Estud. soc* [online]. 2015, vol.23, n.46, pp.10-32. ISSN 0188-4557.

WANDERLEY, M. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Recife, 2001. Disponível em: www.geobrasil2001. Acesso em: 15 out.2017.

WEID, J. M von der. **Agroecologia: condição para a segurança alimentar**. *Agriculturas – Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevista: Produtores Urbanos



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Mestrado Profissional em Administração

Instrumento de Pesquisa 2: Entrevista

Esta entrevista é parte integrante de uma investigação para a realização da dissertação que é requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. O objetivo consiste em Caracterizar a agricultura urbana e periurbana no Oeste Catarinense considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. O estudo é orientado pelo Prof. Dr. César Augustus Winck.

Solicitamos a vossa valiosa colaboração mediante as respostas para os questionamentos existentes nesta entrevista. Antecipadamente agradecemos a valiosa colaboração. Informamos que os dados disponibilizados nesta entrevista serão sigilosos e será mantido no anonimato.

O senhor (a) autoriza a gravar?

() Sim () Não

Entrevistado (somente para controle):

 Data: ____/____/____ Horário de Início: ____:____ Horário Termina: ____:____

Indicadores socioculturais

I. Identificação da Propriedade

1. Nome do Empreendimento?
2. Tamanho da área produzida em M²?
3. Quanto tempo trabalha nesse local?
4. O que o fez plantar em ambiente urbano/periurbano?
5. Nasceu no campo? Ou seus familiares residem no campo?
6. Distância para o centro urbano mais próximo?

II. Qualificação do Trabalho

7. Quantas pessoas da família trabalham na atividade de Agricultura Urbana?
8. Quantas pessoas são contratadas para trabalhar na atividade de Agricultura Urbana?
9. Todas as pessoas que trabalham residem neste mesmo Bairro?
10. As atividades desenvolvidas, recebem auxílio de entidades Externas (Epagri)?
Se sim, qual a forma de apoio.
11. A família possui outra forma de renda?
12. Participa de alguma forma de cooperativa ou associação para comercializar os produtos?
13. Utiliza a produção para qual finalidade, comercial ou autoconsumo?

III. Produção

14. O que é produzido nesta propriedade?
15. Qual o destino da produção? (%)
16. (Caso a pergunta 15, informar que o destino da produção é a comercialização, efetuar essa pergunta). De que forma os produtos são comercializados?
17. (Caso a resposta da questão 14 remeta a animais). Apontar a comercialização para esses animais?
18. Utiliza qual método de plantio?
19. Qual a fonte dos insumos utilizados na produção e a forma como é efetuado o
Tratamento e controle de pragas:
Sementes:
Mudas:
Adubação:
Tratamento de pragas:
Tratamento de ervas daninhas:
20. Utiliza irrigação?

IV. Uso do solo

21. Qual a forma de acesso a esse local,
() Compra () Posse () Arrendamento () Doação () Outros.
Qual? _____
22. Possui aproveitamento de espaço (solo para plantio)

V. Aspectos gerais

23. Qual dos itens abaixo você relaciona como um problema para o cultivo em área urbana?

- Falta de estrutura dos órgãos públicos para atender as atividades agrícolas urbanas
- Falta de apoio das instituições privadas
- Dificuldade de inserção da produção na rede supermercadista ou em outra forma de comercialização
- Dificuldade de acesso a insumos
- Dificuldade de controle das pragas e ervas daninhas
- Falta de tecnologias
- Dificuldade de acesso à máquinas
- Situação do solo
- Falta de água
- Dificuldade de liberação dos órgãos ligados à “vigilância sanitária”
- Dificuldade de logística
- Falta de cursos/treinamentos e informações sobre a produção urbana
- Falta de linhas de crédito.
- Falta de mão de obra
- Outros. Quais? _____

OBS: Questionar o produtor sobre cada item, a fim de identificar a real problemática.

Indicadores Socioambientais

- 24. Qual a fonte de onde vem a água utilizada na produção?
- 25. Ocorre alguma forma de reaproveitamento da água?
- 26. Quem fornece a energia elétrica utilizada na produção?
- 27. Utiliza de alguma forma alternativa para a produção de energia elétrica?
- 28. Qual o destino do lixo gerado pela atividade agrícola?
- 29. Faz alguma espécie de reciclagem dos resíduos orgânicos, gerados pela atividade?
- 30. Qual a forma de tratamento do esgoto?
- 31. Utiliza agrotóxicos na produção (se for afirmativa, qual a frequência)?

32. Qual o destino das embalagens dos agrotóxicos?
33. Os fertilizantes utilizados são sintéticos?
34. Qual o destino das embalagens dos fertilizantes?
35. As questões ambientais como erosão do solo, contaminação da água, dentre outros, são motivos de preocupação.
36. Quais as medidas que a propriedade possui para diminuir o impacto ambiental?
37. Já ouviu a expressão “Sustentabilidade”? Você considera o seu negócio sustentável? Por quê?

Indicadores Socioeconômicos

38. Quantidade de áreas de estufas/canteiros instalados na propriedade?
39. Quais os produtos produzidos?
40. Qual a forma de armazenamento de insumos?
41. Qual a forma de criação das mudas?
42. Qual o valor estimado de investimento na estrutura física da propriedade?
43. Qual o valor investido em máquinas e equipamentos?
44. Qual a data de cada aquisição e da estrutura física
45. Qual a capacidade produtiva?
46. Qual a produção mensal (toneladas ou quantidade de pés)?
47. Qual o percentual de perda (nas hortas devido a não nascimento das mudas)?
48. Qual o percentual de perda antes da entrega?
49. Qual o percentual de perda, quando feito a troca nos supermercados)?
50. Qual o valor de faturamento médio mensal?
51. Qual a sazonalidade da produção (períodos de produção de um determinado produto)?
52. Qual o valor os insumos utilizados para a produção?
53. Qual o gasto após a produção para controle de pragas?
54. Qual o valor de gasto com mão de obra?

APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista: Entidade de pesquisa e extensão rural**UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA****Mestrado Profissional em Administração****Instrumento de Pesquisa 1: Entrevista**

Esta entrevista é parte integrante de uma investigação para a realização da dissertação que é requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. O objetivo consiste em Caracterizar a agricultura urbana e periurbana no Oeste Catarinense considerando a contribuição desta para a segurança alimentar. O estudo é orientado pelo Prof. Dr. César Augustus Winck.

Solicitamos a vossa valiosa colaboração mediante as respostas para os questionamentos existentes nesta entrevista. Antecipadamente agradecemos a valiosa colaboração. Informamos que os dados disponibilizados nesta entrevista serão sigilosos e será mantido no anonimato.

O senhor (a) autoriza a gravar?

() Sim () Não

Informante/Instituição:

Data: ___/___/____ Horário Início: ___:___ Horário Término: ___:___

- 1) A entidade de pesquisa e extensão rural desenvolve algum programa para incentivo ao desenvolvimento das práticas de Agricultura Urbana?
- 2) Ocorreu uma procura de auxílio por parte dos agricultores urbanos por serviços da entidade de pesquisa e extensão rural?
- 3) Quais os problemas encontrados nas atividades de AU?
- 4) Em uma região extremamente agrícola, considera a AU como uma alternativa viável para produção comercial e autoconsumo?

- 5) A entidade de pesquisa e extensão rural possui profissionais que conheçam as práticas de AU desenvolvidas na Região?
- 6) Qual o papel dos técnicos da entidade de pesquisa e extensão rural com relação às práticas de Agricultura Urbana realizadas no Oeste Catarinense?
- 7) Possui algum apoio de instituições públicas? O município subsidia algum programa de incentivo às práticas de agricultura urbana?
- 8) Qual a sua percepção sobre o papel das práticas de agricultura urbana no cotidiano das pessoas que a praticam?
- 9) Considera a AU como um estudo relevante para a região?
- 10) Em um contexto econômico, qual a sua percepção sobre o papel da AU?
- 11) Em um contexto social, qual a sua percepção sobre o papel da AU?
- 12) Em um contexto ambiental, você considera as práticas de AU como relevantes para a preservação do meio ambiente?
- 13) A entidade de pesquisa e extensão rural considera a AU como uma ferramenta que garante segurança alimentar?
- 14) A entidade de pesquisa e extensão rural considera a AU como uma alternativa para uma alimentação saudável?
- 15) Qual o desafio encontrado pela entidade de pesquisa e extensão rural, com relação ao tema AU?
- 16) Conseguem visualizar um futuro para as práticas comerciais de AU?

ANEXO 1 - Lei 17.533 de 19 de junho de 2018

Institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, voltada à promoção da segurança alimentar e nutricional e da melhoria da renda e qualidade de vida da população-alvo a que se destina.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, são consideradas agricultura urbana as atividades de lavoura, de cultivo de flores, plantas medicinais e espécies frutíferas, de extrativismo vegetal, de produção de mudas, de gestão de resíduos orgânicos e de produção artesanal de alimentos para o consumo humano desenvolvidas em áreas urbanas e de acordo com o Plano Diretor do Município.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana:

- I - contribuir com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- II - combater a fome;
- III - incentivar a produção de alimentos saudáveis por meio de práticas agrícolas sustentáveis;
- IV - incentivar a geração de emprego e renda;
- V - promover a inclusão social;
- VI - incentivar o associativismo; e
- VII - incentivar a venda direta do produtor ao consumidor.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos de que trata o art. 2º desta Lei, compete ao Estado, inclusive em parceria com os Municípios:

- I - estimular práticas de cultivo e beneficiamento que previnam e controlem a poluição e a erosão, que protejam a flora, fauna e paisagem natural e cuja referência seja a produção agroecológica;
- II - estimular práticas que evitem, minimizem, reutilizem, reciclem, tratem e disponham adequadamente os resíduos poluentes, perigosos ou nocivos ao meio ambiente, à saúde humana e ao bem-estar público;

III - incentivar cessões de uso de imóveis públicos e utilização de imóveis particulares para o desenvolvimento de programas e ações comunitárias de agricultura urbana;

IV - elaborar projetos de produção agrícola em áreas urbanas, com ações de orientação técnica, sanitária e legal e com previsão de mecanismos de acompanhamento e avaliação;

V - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas; e

VI - promover formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos.

Art. 4º A utilização de imóvel para a agricultura urbana será considerada indutora da função social da propriedade, em conformidade com o art. 186 da Constituição da República, sem prejuízo da aplicação de outros instrumentos definidos pelos Municípios.

Art. 5º São beneficiários prioritários da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana:

I - as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional mapeadas pelos Municípios via Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e estratégia e-SUS de Atenção Básica (e-SUS AB);

II - os fornecedores de alimentos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado; e

III - os projetos comunitários de agricultura urbana reconhecidos pelos Municípios.

Art. 6º A Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana será desenvolvida pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), em colaboração com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá designar outros órgãos e outras entidades da Administração Pública Estadual para atuarem, em regime de colaboração com a SAR, para a consecução dos objetivos desta Lei.

Art. 7º Para alcançar os objetivos previstos nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias e convênios com a União e os Municípios do Estado, bem como com entidades privadas nacionais e estrangeiras.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de junho de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado